



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A EMERGÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL NO AMBIENTE  
RURAL DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DE  
CASOS SIGNIFICATIVOS**

**JANÚZIA SOUZA MENDES DE ARAÚJO**

**CRUZ DAS ALMAS- BAHIA  
ABRIL - 2005**

**A EMERGÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL NO AMBIENTE  
RURAL DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DE  
CASOS SIGNIFICATIVOS**

**JANÚZIA SOUZA MENDES DE ARAÚJO**

Bacharelada em Ciências Econômicas  
Especialista em Economia e Gestão Pública  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias, Área de Concentração: Desenvolvimento Rural.

**Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAIHA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CRUZ DAS ALMAS – BAHIA – 2005.

## FICHA CATALOGRÁFICA

A663 Araújo, Janúzia Souza Mendes de  
A emergência do capital social no ambiente rural do  
estado da Bahia: um estudo de casos significativos /  
Janúzia Souza Mendes de Araújo. – Cruz das Almas, Ba,  
2005.

85 f ; 30 cm.: tab.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Agronomia.  
Universidade Federal da Bahia.

1.Desenvolvimento rural sustentável. 2.Capital social.  
I. Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia.  
II. Título

CDD 306.344

## COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Amilcar Baiardi  
Escola de Agronomia - UFBA  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Rossine Cerqueira Cruz  
Economia - UEFS

---

Prof. Dr. Alexandre A. Almassy Júnior  
Escola de Agronomia - UFBA

Dissertação homologada pelo Colegiado de Curso de Mestrado em Ciências  
Agrárias em

.....  
Conferindo o Grau de Mestre em Ciências Agrárias em

.....

Esta pesquisa é dedicada as pessoas que mais amo: meus filhos, meus pais e meus irmãos.

## AGRADECIMENTOS

O texto que ora apresento para apreciação e crítica é o resultado de dois anos de pesquisa, entre a frequência nas aulas do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura, na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, onde conheci e convivi com colegas de pós-graduação e professores e entre a pesquisa e a orientação realizadas para a escrita da dissertação. Este trabalho não chegaria ao seu final se não contasse com o incentivo e a colaboração, direta e indiretamente, de muitas pessoas, a quem gostaria de direcionar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao Professor e Orientador Amilcar Baiardi que desde o primeiro contato me aceitou como orientanda e me incentivou a aprofundar um objeto de estudo de minha preferência – o Capital Social -. Sou-lhe profundamente grata, não só pela orientação sempre presente, mas também pela amizade estabelecida. Amizade esta que dotou-lhe de paciência com minhas limitações teóricas e de confiança em minha capacidade de trabalho, me impulsionando ao crescimento intelectual.

Agradeço-lhe também por seu posicionamento crítico diante dos fatos e por sua disposição inabalável para o trabalho acadêmico articulado e comprometido com a construção de uma Universidade capaz de transformar mentalidades. Em virtude de sua valiosa orientação, atribuo ao Professor Baiardi a grande maioria dos méritos deste trabalho, isentando-o das possíveis falhas que são de minha inteira responsabilidade.

Aos colegas de pós-graduação que, com a convivência, se transformaram em companheiros e amigos. Gostaria de agradecer, correndo o risco de omitir nomes importantes, ao amigo José Carlos (mais conhecido como Zé Gotinha) e Luís Cláudio

(mais conhecido como Mandela) pela construção conjunta, nos debates em sala de aula ou nos bate-papos informais, de uma amizade sólida e duradoura.

Agradeço à Professora Ruthy Laniado pelas críticas pertinentes ao aprimoramento e crescimento deste trabalho.

Um agradecimento especial aos meus queridos professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana, em especial para Dermeval Passos da Hora (mais conhecido como Macalé), Rossine Cruz, Maria Emília Marques Fagundes, Afonso Maia, Armando Neto, Márcia Pedreira, Gilton Aragão, Maria Margarida e Jerônimo Rodrigues, que acompanham minha trajetória acadêmica.

As amigas da Secretaria da pós-graduação, em especial a Sidinha e Til, sempre simpáticas e solícitas, resolvendo problemas e encaminhando soluções.

Ao estagiário de pesquisa de apoio técnico, Robson Andrade e a Márcio Alves, estagiário de Iniciação Científica, pela prontidão no momento em que precisei de ajuda.

Finalmente, encerro meus agradecimentos dedicando-os à minha querida família. Aos meus filhos, Maria Luíza e Hosannah Augusto, que souberam compreender de forma carinhosa e prestativa a minha ausência em determinados momentos. À garra e determinação de minha mãe, Luíza, suporte de todas as minhas conquistas. À lucidez e ao bom senso de meu pai, Sr. Mendes, e aos meus incansáveis companheiros de longas jornadas, meus queridos irmãos Ernandes, Neide, Joací e Fabihana, minha digitadora oficial e parceira em muitos trabalhos acadêmicos. À vocês, todo o meu carinho e respeito.

## SUMÁRIO

Página

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO ..... 9

Capítulo 2

CONCEITO E FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ..... 20

Capítulo 3

A EMERGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL NO AMBIENTE RURAL DO ESTADO

DA BAHIA:UM ESTUDO DE CASOS SIGNIFICATIVOS ..... 38

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 81

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 83

ANEXOS



## 1. INTRODUÇÃO

### Introdução ao tema

A presente pesquisa focaliza um tema quase nunca abordado nos estudos sobre capital social: as determinantes de seu surgimento e acumulação original. Quando a primeira versão do livro de Robert Putnam, "Making Democracy Work" foi publicada na Itália em 1993, uma avalanche de críticas recaiu sobre o autor. As críticas iam desde considerações sobre a obviedade de afirmar que o sul é mal governado comparativamente ao norte até as acusações de discriminação racial e de preconceitos contra aquelas populações que estão mais próximas da África e que receberam contribuições de etnias mediterrâneas.

Entretanto, algumas críticas tocaram em uma questão mais profunda, qual seja: se a gênese do capital social está ligada a processos que afundam suas raízes no passado como as tradições cívicas e experiências de auto-governo local, as regiões que não vivenciaram estes processos estariam, portanto, fadadas a não ter dotações significativas de capital social. A ser verdadeira esta suposição, a **natureza do problema** seria como criar capital social. Para Putnam os precedentes político das regiões menos dotadas de senso cívico reforçariam as desigualdades e a ineficiência na medida em que os investimentos realizados pelos diversos governantes não visavam aumentar o capital social. Ao fazer esta e outras considerações o autor assumia que todo e qualquer região contava com alguma dotação de capital social. O problema seria como detectá-lo e magnificá-lo.

O interesse desta pesquisa é perceber como em determinada região - na qual a formação social se dá influenciada por padrões culturais baseados no patriarcalismo e

patrimonialismo e em um quadro histórico de colônia de exploração – estes processos se verificaram. Em não existindo a herança das instituições medievais, sobretudo a estrutura social e a atmosfera cultural da idade comunal que favoreceram as ligações horizontais, o senso cívico e o espírito de colaboração, não se pode esperar muito de regiões, como o Nordeste brasileiro, nas quais prevaleceu uma fratura entre governante e governado que somente desenvolveu eixos verticais de privilégios e clientelismos. **O objetivo principal**, portanto, seria verificar em que condições foram criadas e/ou incrementadas as dotações de capital social para a realização do estudo.

É fundamental averiguar como os membros de uma determinada comunidade passaram a aceitar a idéia de que é possível confiar em um núcleo de pessoas que vá além daquele familiar. Do mesmo modo convém saber como superaram medo de que a des-filiação de um membro de um projeto comum abalasse o mesmo e como mantiveram a crença de que o espírito da mútua ajuda e o senso ético da força da união foram preservados. Malgrado tenha aumentado o número de trabalhos que focalizam a existência de capital social, a maioria deles não se detém na questão da gênese. Analisam mais os benefícios para o desenvolvimento local e regional.

Destarte, o **estado atual de conhecimento sobre o problema** é limitado na medida em que as pesquisas se concentram nos resultados alcançados pelo recurso disponível, mas não reconstituem a trajetória de acumulação que mostrariam caminhos alternativos daqueles das regiões com passado rico de experiências de práticas de confiança e de solidariedade e que desenvolveram círculos virtuosos de acumulação de capital social. Para avaliar a emergência do capital social nos casos selecionados adotar-se-á a **metodologia** de estudo de caso, privilegiando como fonte os agentes que conduziram o processo, no sentido de esclarecer que determinantes principais atuaram na linha de superar os dilemas coletivos e o oportunismo desintegrador e gerar a

cooperação voluntária, a reciprocidade e as redes de empenho cívico. Espera-se apresentar como **resultados**, como se deu a criação e/ou incremento do capital social.

### **O Marco Teórico da Categoria Capital Social**

A idéia do que seriam as determinantes da dinâmica das economias capitalistas vem adquirindo recentemente interpretações que vão além das antigas pré-condições que incluíam os mercados, os recursos naturais, as condições de financiamento, a infraestrutura econômica, o papel do Estado etc. Mais recentemente, sem desconsiderar a importância desses fatores, a análise passou a incluir uma nova causa que se situaria no campo definido como o da sociologia da economia. Nele se prioriza o papel dos agentes não como eficiente alocador de recursos mas como parte ativa e interativa de uma comunidade, o qual, como integrante de uma classe social, avalia, sem desconsiderar outros aspectos, a importância de ocupar espaços na estrutura produtiva, promover o bem-estar social e criar, quando possível, barreiras à entrada de competidores de outros ambientes.

Esta dissertação tem por objetivo analisar as determinantes do surgimento de capital social em comunidades rurais do estado da Bahia, tomando-se como referência o instrumental teórico sobre o tema. Está inserida no campo dos estudos que buscam entender como melhor se dá o desempenho do Estado e da Sociedade Civil com o propósito de promover a prosperidade, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável.

Tenta avaliar em que condições houve, no marco da democracia, intervenções, tanto do Estado como da Sociedade Civil, que atuaram sobre instituições, criando-as ou transformando-as. Estas instituições provocaram mudanças culturais que levaram os agentes sociais à adoção de normas próprias de uma sociedade democrática, as quais

repercutem sobre a coesão social, sobre a solidariedade e sobre a reciprocidade, impulsionando ações concretas de construção institucional e de inclusão social.

Quando a primeira versão do livro de Robert Putnam, "Making Democracy Work" foi publicada na Itália em 1993<sup>1</sup>, uma avalanche de críticas recaiu sobre o autor, muitas delas partindo de "meridionali", ou seja, residentes da parte sul daquele país. Neste livro Putnam utiliza a categoria capital social<sup>2</sup> para explicar a razão das diferenças entre as regiões, defendendo que muito mais que fatores econômicos contam a formação histórica, as tradições de vida civil e as experiências de auto-governo local, as quais têm raízes no passado. Para o autor, a herança de instituições medievais influenciou pesadamente a história dos italianos.

As críticas iam desde considerações sobre a obviedade de afirmar que o sul é mal governado comparativamente ao norte até as acusações de discriminação racial e de preconceitos contra aquelas populações que estão mais próximas da África e que receberam contribuições de etnias mediterrâneas. Entretanto, algumas críticas tocaram em uma questão mais profunda, qual seja: se a gênese do capital social está ligada a processos que afundam suas raízes no passado como as tradições cívicas e experiências de auto-governo local, as regiões que não vivenciaram estes processos estariam, portanto, fadadas a não ter dotações significativas de capital social. De outro modo, se a herança das instituições medievais, sobretudo a estrutura social e a atmosfera cultural da idade comunal, favoreceram as ligações horizontais, o senso cívico e o espírito de colaboração, que esperar de regiões onde sempre prevaleceu uma fratura entre governante e governado que somente desenvolveram eixos verticais de privilégios e

---

<sup>1</sup> O livro resultou de uma pesquisa que teve como objeto avaliar os efeitos dos padrões de engajamento cívico presentes em uma comunidade, tais como valores, mentalidades e senso comunitário. Discute-se na mesma como estes atributos estiveram relacionados com a performance das instituições democráticas, após a reforma constitucional que criou regiões administrativas na Itália (Baiardi, 1997).

clientelismos? Ainda de outra maneira, estaria Putnam propondo uma nova teoria da férrea lei do determinismo histórico? As sociedades com pouca organicidade, pouca organização, mais clientelistas, mais hierarquizadas, mais corruptas e com pouca tradição participativa democrática estariam condenadas ao fracasso? As sociedades são vítimas de sua trajetória? A história e o passado são limitadores estruturais para o futuro? O passado condena? (D'Araújo, 2003)

Uma vez que o trabalho de Putnam (1993) deu tanto valor explicativo para a cultura como fator de desenvolvimento das sociedades, que dizer daquelas sem cultura democrática, e a-cívicas? Estariam condenadas às trevas, ao atraso, à pobreza e ao mau governo? Quando há cultura há confiança. E quando não há? Pode-se criar a partir de um projeto? Se cultura cívica, confiança e reciprocidade são chaves do sucesso para o desenvolvimento e para a democracia, como conseguir que sociedades não cívicas consigam criá-las?

As respostas do autor foram na linha de afirmar que ele apenas havia feito um diagnóstico das causas e entre elas a trajetória histórica teria grande peso. Contudo, diz ele, não se trata em nenhum momento de supor fatalismo, muito pelo contrário. Para Putnam (1993) os precedentes político das regiões menos dotadas de senso cívico reforçariam as desigualdades e a ineficiência na medida em que os investimentos realizados pelos diversos governantes não visavam aumentar o capital social. Ao fazer esta e outras considerações o autor assumia que toda e qualquer região contava com alguma dotação de capital social. Entretanto, salienta que aquelas com passado rico de experiências de práticas de confiança e de solidariedade, obviamente haviam desenvolvido círculos virtuosos de acumulação deste recurso, mas que as que não

---

<sup>2</sup> Capital social pode ser definido como uma espécie de cimento que liga a confiança, as normas e cadeias de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, estimulando as pessoas a cooperarem, ajudar-se mutuamente, a zelar pelo bem público e a promover a prosperidade.

contaram com estas possibilidades poderiam, certamente com mais dificuldade, tentar construir o capital social porque somente ele faria a democracia funcionar verdadeiramente. Destarte, supõe Putnam (1993), a superação dos dilemas coletivos e do oportunismo desintegrador que estes geram é possível, mas depende da característica do contexto social. Ou seja, a cooperação voluntária é mais fácil dentro de uma comunidade que herdou uma provisão de capital social na forma de normas de reciprocidade e redes de empenho cívico. A criação de capital social, denominação que se explica porque, como outros tipos de capitais, é produtivo, é possível por mais desintegrado e anômico que seja o tecido social. O capital social, malgrado tenha em comum com outras formas de capital se constituir em um recurso para gerar produção e bem estar, se expressa na capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança inter-pessoal e redes coletivas de cooperação. A emergência desta forma de capital viabiliza o alcance de certos objetivos que não seriam atingidos na ausência do mesmo.

O sucesso deste empreendimento, o da construção do capital social se dá, entretanto, quando membros de uma comunidade aceitam a idéia de que é possível confiar em um núcleo de pessoas que se dimensione além daquele familiar e quando o medo da desfiliação (des-associação) de um membro de um projeto comum é superado pela crença de que o espírito da mútua ajuda não foi abalado e que o senso ético da força da união se mantém. Para Putnam (1993) é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social. Estas mudanças, ainda que lentas, podem se dar por meio de política públicas que incidissem sobre instituições<sup>3</sup>, no sentido que

---

<sup>3</sup> Neste texto instituições não devem ser confundidas com organizações. Utiliza-se aqui o conceito de instituições em North (1990/ 91/ 93), qual seja: instituições são invenções humanas que moldam a estrutura política, a econômica e as interações sociais. Elas consistem tanto de condicionamentos informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) como de regras formais (constituições, leis e direitos de propriedade).

Douglass North (1990/ 91/ 93) dá ao termo, que agiriam sobre a cultura, mudando hábitos e rotinas.

Feitos estes comentários preliminares, procede concluir quanto à imprescindibilidade do capital social quando se está a buscar a promoção do desenvolvimento harmonioso do território, ou seja, aquele no qual o tecido social e o tecido produtivo se ampliam simetricamente (FUKUYAMA, 1996). Dizendo de outra maneira, devem ser criadas condições neste território para que a prosperidade econômica tenha uma relação direta de dependência com a cultura e que se dê com progressiva redução da exclusão social. A riqueza e o crescimento nos mesmos não dependeriam somente dos recursos naturais e /ou financeiros, mas da coesão social, vista com fator crítico para a prosperidade econômica e desenvolvimento sustentável. Neste ambiente se valorizaria a confiança interpessoal, a reciprocidade e a participação cívica, elementos constitutivos do capital social que facilitaria a cooperação espontânea e minimizaria os custos de transição (D'ARAÚJO, 2003)

Uma peculiaridade desta forma de capital é que ademais de viabilizar ações da parte da sociedade civil em direção à complementação das ações de Estado faz com que o gasto público seja otimizado. A possibilidade da sociedade civil cooperar com o Estado na função controle dos gastos públicos é cada vez mais concreta quando há disponibilidade de capital social nas comunidades. É também cada vez mais essencial porque através dela se poderá facilmente estabelecer a racionalidade e a eficiência do gasto governamental, aprimorando os mecanismos de acompanhamento e controle da aplicação do que é arrecadado na forma de impostos.

A cooperação Estado/Sociedade passa a ser reconhecida na sociedade contemporânea como essencial para cumprimento das metas fiscais. Contudo, para que isto se verifique é fundamental a disponibilidade de capital social. É a existência de uma

dotação expressiva de capital social que se torna possível este tipo de cooperação. Diante da notoriedade que o conceito vem adquirindo, sobretudo após o Banco Mundial ter incorporado nas suas políticas a idéia da imprescindibilidade deste recurso para superação do atraso, conviria incorrer na sua gênese.

Segundo D'Araújo (2003) o uso do termo ou idéia se deu pela primeira vez em 1916 por um educador chamado Hanifan. Contudo, entende-se que não pode haver dúvida que a base para tal concepção e construção neológica está em Weber. O uso da racionalidade como uma categoria econômica por Weber tem sua determinação em uma crença maior do autor no destino de racionalidade para a humanidade, o qual se viabilizaria por meio de conquistas parciais em termos de progressivas mudanças culturais. Para Weber (1977, 1987, 1992 e 1996), que resiste metodologicamente confundir o ser com devir a ser, crer em um destino de racionalidade não implicaria em admitir simplesmente a inexorabilidade de um processo histórico. Muito pelo contrário, significaria conduzir uma *práxis*, renunciar à passividade, e, no limite, participar de um processo compreensivo e mais complexo, que requereria uma ação pedagógica do Estado e da sociedade organizada para que se alcance estágios cada vez mais avançados de organização e justiça social.

Weber acreditava que o avanço da ciência e da técnica facilitaria trilhar-se o caminho para um destino de racionalidade. Esta crença, contudo, nada tem que ver com uma visão positivista do tipo determinismo tecnológico, na qual o progresso técnico se move a partir de suas próprias leis. Weber estabelecia uma conexão entre a racionalização da sociedade e a institucionalização do progresso científico e técnico, mas a mesma, diferentemente do que afirmava Herbert Marcuse, apud Habermas (1971), não significava um agir racional com respeito ao escopo do empresário



capitalista. A racionalidade em Weber enseja o modelo decisionístico ampliado que tanto vale para esfera pública quanto para a esfera privada.

Weber introduziu o conceito de racionalidade para determinar a forma da atividade econômica essencialmente capitalista. Para explicar as trocas sob a base do direito privado burguês e do poder burocrático. A racionalização que se manifesta em primeiro lugar na produção capitalista penetra em outros âmbitos da vida social e, no limite, a outra face da racionalização leva à secularização e a desmistificação de imagens de mundo que orientam ações de tradição cultural.

Com o conceito de racionalização Max Weber tentou resgatar os efeitos retroativos do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional da sociedade em via de modernização, a mudança estrutural de uma sociedade tradicional em direção a uma sociedade moderna. Weber argumenta que a superioridade do modo de produção capitalista sobre os precedentes se baseia na existência de mecanismos de expansão do sistema e dos sub-sistemas e na criação de uma base de legitimação econômica, ambos dependentes de exigências de racionalidade. Weber concebeu um processo de adaptação no qual o modo emergente de produção capitalista foi progressivamente assimilando duas tendências de racionalização: 1) uma vinda de baixo, da institucionalização do mercado e de relações complexas envolvendo entre si fatores de produção, bens produzidos e empresas, tudo estimulado por um progresso cumulativo das forças produtivas, e 2) outra vindo de cima, de novas interpretações cosmológicas fundamentadas na crítica aos dogmas e aos mitos, levando a um processo de secularização. Essas tendências submetem o contexto tradicional e ensejam o surgimento progressivo de condições de eficiência instrumental e de racionalidade estratégica (HABERMAS, 1971).

Todos os autores que utilizaram a idéia da existência de um recurso com as características do capital social que tem como determinante de última instância a cultura, explicitando ou não, tomaram Weber como referência. Após Hanifan, de acordo com D'Araújo (2003), a idéia de capital social voltou a ser lembrada nos anos 50 e 60 do século passado por sociólogos dedicados aos estudos urbanos. John Seeley no Canadá e Jane Jacobs nos Estados Unidos referiram-se a capital social como a propensão a associar-se e a formar redes de socialização por parte de moradores das grandes cidades. O uso da expressão reaparece em 1970 por parte de Glen Loury e Ivan Light ao tratarem do desenvolvimento de negócios no meio urbano, mais concretamente o surgimento de pequenos negócios entre comunidades descendentes de imigrantes.

Em 1980, fora do continente americano o sociólogo francês Pierre Bourdieu define capital social como elemento agregador de recursos que explicava a filiação a grupos e a instituições. No fim dos anos oitenta do século passado, o sociólogo americano James Coleman, segundo D'Araújo (2003), dá uma contribuição definitiva para o então já conceito de capital social entrasse definitivamente na agenda acadêmica. Examinando o papel das normas, Coleman diz que as mesmas dão sentido à sociedade, orientam ações, tornam previsíveis determinados comportamento, conferem textura e densidade à sociedade e, por esta razão, podem ser definidas como um capital social.

Após Coleman foi Robert Putnam quem mais difundiu o conceito de capital social, gerando um intenso debate e propagando sua influência, muito além do seu propósito inicial, ou seja, sua pesquisa sobre a Itália. Sob os auspícios do Banco Mundial, vários estudos foram realizados. Mais recentemente foram publicadas duas coletâneas, "Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications" e "Social Capital: Theory and Research". As mesmas evidenciam que a maior parte das pesquisas relacionadas ao tema investigam a mensuração do capital social, o que, no entender de

alguns críticos é um objetivo difícil de ser alcançado. Para os mesmos é possível avaliar os resultados e não o capital em si. Independentemente das reações favoráveis e desfavoráveis às pesquisas sobre capital social, é surpreendente como cresce em todo mundo o número de publicações sobre o tema, o que demonstra sua atualidade e a capacidade do conceito de trazer a racionalidade e os valores para o exame, além do escopo econômico.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONCEITO E FORMÇÃO DO CAPITAL SOCIAL<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Artigo ajustado e submetido ao Comitê Editorial do Periódico Científico Ciência Rural.

## **CONCEITO E FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

**RESUMO:** O presente artigo busca significados e expressões sócio-políticas e econômicas de uma definição crítica do capital social, baseados em práticas de desenvolvimento local, levando em consideração a sua emergência, ou seja, as determinantes do surgimento e acumulação original do capital social no meio rural.

Palavras-Chave: Emergência do Capital Social; Desenvolvimento Local.

## **CONCEPT AND FORMATION OF THE SOCIAL CAPITAL**

**ABSTRACT:** The present article looks for meanings and expressions partner-politics and economical of a critical definition of the social capital, based on practices of local development, taking in consideration your emergency, in other words, the decisive of the appearance and original accumulation of the social capital in the rural way.

**Key-Words:** Emergency of the Social Capital; Local Development.

## **INTRODUÇÃO**

A construção do conceito de capital social está diretamente ligada a constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Entendemos o desenvolvimento local como um espaço que envolve fatores culturais, sociais e políticos e, que estes fatores não se regulam, exclusivamente, pelo mercado, enfatizando que o crescimento econômico é uma variável essencial, mas não suficiente para promover o desenvolvimento local.

Visto sob a ótica intersetorial, o desenvolvimento local pode ser considerado como um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que interagem com um projeto de transformação consciente da realidade local. Este é resultado também de relações de competição, de cooperação e de conflito e de reciprocidade entre seus atores.

## **O CONCEITO E O MARCO TEÓRICO DA CATEGORIA CAPITAL SOCIAL**

O conceito de capital social emerge da constatação de que a análise e manejo das variáveis econômicas não é suficiente para a promoção do desenvolvimento sustentável, com valorização dos aspectos sociais e ambientais. Ou seja, a preocupação não deve ser centrada no crescimento econômico, pois este não produz, diretamente, o desenvolvimento social, no qual seria necessário também resolver o problema de acesso aos benefícios econômicos produzidos e de como esses benefícios são repartidos e, para solucionar esse dilema o papel desempenhado pelas instituições e pelo sistema social é fundamental.

Dentro desse contexto, os autores que estudam essa categoria de análise direta ou indiretamente, convergem suas conclusões em torno do conceito de capital social. Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Ricardo Abramoway, entre outros estudiosos do tema, entendem o capital social como sendo redes de compromisso cívico, normas de confiança mútua e riqueza do tecido associativo. Tais ações proporcionam o desenvolvimento local, seja urbano ou rural, no momento em que fomenta e incentiva o reconhecimento e aprimoramento dos fatores sociais, institucionais e culturais, com impacto imediato na melhoria da comunicação exercida entre os atores sociais e na redução dos obstáculos da ação coletiva, por intermédio do incremento na produção de melhores formas de interação social.

Nos estudos sobre capital social pensar o desenvolvimento local como projeto integrado no mercado não é suficiente para destacar como inovador o seu conceito. O desenvolvimento local perpassa pela construção de um projeto integrado de transformação social onde haja uma interdependência entre os segmentos políticos, legal, econômico, ambiental, cultural, tecnológico e educacional. Aliado a estes segmentos, a transformação da realidade social é fruto também da relação de conflitos, cooperação e reciprocidade entre os atores, competição e interesses de natureza política, cultural e social.

Cabe aqui chamar atenção para as premissas e origem da teoria do capital social sabendo que este se encontra na fronteira entre o econômico, o social, o político e o cultural e abriga ainda as noções de controle social, participação cidadã, coabitação, convivência, cultura política e cultura cívica, na tentativa de construção de uma ferramenta importante de explicação e transformação do desenvolvimento local.

A tentativa de conceituar capital social não é recente. Esse esforço se reforça em meados dos anos 1990 a partir da constatação do fracasso do modelo de

desenvolvimento econômico até então vigente, havendo a necessidade de explicá-lo levando em consideração os fatores sociais, culturais e ambientais existentes.

O local agora passava a ser visto como um território que ultrapassa os limites geográficos e prioriza as particularidades do contexto em que se situa, sendo, neste sentido, construído socialmente e territorialmente, delimitado por uma dinâmica estável de atuação entre os atores sociais, econômicos e políticos. Não queremos nos ater, portanto, ao risco de aprisionar os segmentos e seus atores locais às suas próprias delimitações físicas, não fazendo a integração com políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e internacional.

Conforme Milani (2004), os estudos sobre capital social reuni categorias de análise oriundas da economia, da sociologia, da antropologia e da ciência política. Este autor, elabora uma síntese das definições mais usuais de capital social, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1

Síntese de Algumas Definições de Capital Social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o trabalho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que seja	Individuais e para a classe social a que pertence os indivíduos beneficiados.



			considerado social e historicamente limitados a circunstâncias que os produzem.	
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade ( <i>entity</i> ), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilita algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistema de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (social exchanges) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.
Robert Putnam	Refere-se a aspetos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilita a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe a dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos.
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas)	Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a	O capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

	<p>(<i>embeddedness</i>). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.</p>	<p>intimidade, intensidade emocional, serviços recíprocos prestados.</p>	<p>visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que ele qualifica de super-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total dos seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.</p>	
John Durston	<p>Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios aqueles que o possuem.</p>	<p>Confiança. Reciprocidade. Cooperação.</p>	<p>O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de</p>	<p>De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social).</p>

			<p>ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.</p>	
David Robinson	<p>Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.</p>	<p>Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.</p>	<p>O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente geral e político, termos de compromisso (quais são os valores que dominam o sistema social?), regras do compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações), processos de interação (deliberação).</p>	<p>Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).</p>

Fonte: MILANI, 2004.

Nascimento (2003) acrescenta à idéia de Milani as dimensões dinâmicas do capital social mostradas no quadro abaixo:

## Quadro 2

## As dimensões dinâmicas do capital social

Desenvolvimentista	<p>Escala de organização territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível micro (integração e encadeamento);</li> <li>• Nível macro (sinergia e integridade organizacional).</li> </ul>
Cultural	<p>Ampliação do horizonte de escolha</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identidade cultural e laços de sociabilidade;</li> <li>• Espaços de vivência e convivência;</li> <li>• Valores intergeracionais sustentáveis.</li> </ul>
Comunitária	<p>Recursos coletivos comuns</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças eticamente comprometidas;</li> <li>• Relações de reciprocidade horizontais e verticais e resoluções de conflitos;</li> <li>• Repertórios culturais alternativos;</li> <li>• Estratégias de sobrevivência/convivência.</li> </ul>
Participativa	<p>Modelo ativo de participação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento ex-ante e ex-post;</li> <li>• Aprendizagem compartilhada ativa e retroativamente;</li> <li>• Capacitação/habilitação/cooperação.</li> </ul>

Fonte: NASCIMENTO, 2003.

## A EMERGÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL

Malgrado haja trabalhos que focalizam a existência de capital social, sua mensuração e os benefícios por ele trazidos para as comunidades rurais e urbanas bem como para o território e região, a maioria destes estudos não se detém na questão da gênese desta forma de capital. Concentram-se na análise dos impactos que o mesmo tem provocado em termos de geração de bem-estar e prosperidade, nos resultados alcançados pelo capital social disponível. Não reconstituem as trajetórias de acumulação que mostrariam caminhos alternativos daqueles das regiões com passado rico de experiências de práticas de confiança e de solidariedade e que desenvolveram círculos virtuosos de construção deste recurso.

Putnam (1993) dá uma pista de como o capital social pode ser criado. Para o autor o investimento feito pelo Estado em infra-estrutura para desenvolver as regiões poderia ser antecedido de pré-investimentos na linha de animação de comunidades. Para Putnam (1993) é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social. Estas mudanças, ainda que lentas, podem se dar por meio de política públicas que incidissem sobre instituições no sentido northniano (DOUGLASS NORTH,1990/ 91/ 93) do termo, que agiriam sobre a cultura, mudando hábitos e rotinas. Putnam (1995), analisando a erosão do capital social nos Estados Unidos, afirma que por várias razões a vida é mais fácil nas comunidades abençoadas com um substancial estoque de capital social porque as redes de engajamento cívico fomentam robustas normas de reciprocidade generalizada e encorajam a emergência da confiança social. Por esta última afirmação o autor sugere que na criação do capital social na se parte do zero. Sempre é possível encontrar uma dotação mínima

Abramovay (2003), analisando o caso bem sucedido de desenvolvimento rural no Vale do Itajaí, Santa Catarina, e refletindo sobre como aquela experiência poderia se repetir em outros municípios, sugere na criação e incremento do capital social a adoção do pacto territorial segundo proposta de Casarotto e Pires (1998 apud ABRAMOVAY), que consistiria 1) em mobilização dos atores em torno de uma idéia , 2) contar com apoio dos mesmos na elaboração de um projeto, 3) definir um projeto orientado ao desenvolvimento do território, 4) executa-lo em um tempo definido e 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade em torno do projeto. Em síntese o que os autores propõem é a criação de um sujeito coletivo, o que, segundo Abramovay (2003), deveria ocorrer em um processo de superação de dificuldades o qual consistiria em promover mudança no ambiente educacional, em buscar a formação de uma rede que pratique a dinâmica da concorrência, emulação, cooperação; em promover a

organização de iniciativas que fortaleçam os laços de confiança; em detectar novos mercados para as capacidades regionais; em articular a rede de ensino superior e que se construa uma nova visão do território.

Em sua apropriada análise do debate atual sobre capital social nas ciências humanas, sobre os tipos de capital social e sobre as escolas de Putnam e Coleman, Grix (2001), aduz que no entendimento destes autores, toda a comunidade tem um certo estoque de capital social, seja ele estrutural ou cognitivo. Estas formas estariam presentes, nas associações não criminosas, em todas as redes explícitas ou tácitas como também nos valores, condutas, mentalidades, etc. das pessoas. Incrementar as formas de capital social seria, portanto, uma tarefa fortemente dependente do diagnóstico das formas hegemônicas e das possibilidades de retro-alimentação recíproca de ambas. Se a partida deste processo se dá com base em iniciativas das igrejas, dos clubes esportivos, as associações de ajuda mútua, sindicatos ou partidos políticos, não importa. O que importa é obter um adensamento de organizações/associações que levem à formação e à institucionalização das redes, estando-se, deste modo criando e incrementando o capital social. Weisz e Vassolo (2004), pesquisando influencia do capital social externo aos agentes, as redes sociais nas quais cada agente se insere, e do capital social interno, aquele que se refere ao estoque existente dentro da equipe empreendedora, no nascimento de empresas, sugerem, à exemplo de Grix (2001) que toda comunidade tem um estoque de capital social, variável a depender do ambiente cultural, herança histórica, etc. No entendimento destes autores, a potencialização do capital social original estaria dependendo de ações estimuladoras da constituição de redes.

Ostrom e Ahn (2003), analisando os trabalhos de vários autores sobre as bases do capital social listam como iniciativas que precedem a constituição e /ou incremento deste recurso a formação de redes de propósitos variados, a constituição de centros

comunitários, a criação de cursos de língua e cultura, criação de bibliotecas públicas, criação de equipes esportivas, investimentos em treinamento ou em capital humano e o fortalecimento dos laços de vizinhança. Ostrom (1997), discorrendo sobre a evolução das instituições para ação coletiva, conclui que a mais importante força para determinar a ação coletiva em defesa de um recurso natural de uso comum é a tomada de consciência de que a não cooperação fixando regras devidas leva a uma maior perda coletiva e a uma maior ameaça com relação à vida útil do determinado recurso. Destarte, a decisão de cooperar supõe a existência de uma certa dotação de capital social individual e coletiva e surge como conclusão lógica no grupo. Para a autora, uma vez constituída a organização que gerirá o recurso, o capital social só fará crescer a cada rodada de avaliação de resultados.

Kliksberg (199..), analisando o número de pesquisas sobre capital social e o papel do mesmo e da cultura no desenvolvimento, refere-se a uma visão crítica de Levi (1996, apud Kliksberg) sobre alguns aspectos da obra de Putnam que não enfatiza devidamente as vias pelas quais o Estado pode favorecer a criação do capital social. A partir daí o autor revela sua crença em que o capital social pode ser criado ou fomentado por meio de ações de governo, que incidam fortemente sobre recursos e saberes não tradicionais das comunidades, sobretudo sobre aspectos culturais. Kliksberg (1999) crê que toda a comunidade tem recursos culturais intangíveis que podem ser mobilizados pelo governo ou pela sociedade, com vista à criação do capital social.

Coleman (1995), entende que a disponibilidade de determinadas condições de estrutura social é que farão emergir o capital social. Para o autor a ação racional por parte de atores protagonistas não se configura sem que determinadas condições de estrutura sociais se evidenciem, anteriormente. Estas estruturas têm uma história e uma continuidade e elas facilitam as ações dos atores. O capital social seria uma parte natural

das relações entre atores e das relações no meio dos atores. Em seus quatro exemplos de existência de capital social aos quais recorre para ilustrar o conceito, Coleman (1995) enfatiza como pré-condições para emergência do capital social a existência em uma comunidade de obrigações, de expectativas e de confiabilidade. Em havendo estas condições se daria o que o autor chama credibilidade solta e recíproca, o que leva ao capital social. Para o autor, quando discorre sobre os casos de surgimento de capital social, fica claro que organizações sociais determinadas e específicas são a forma mais eficiente de fazer nascer o capital social, comparativamente a outras iniciativas como intervenções do Estado. Dentre elas Coleman dá excepcional importância ao voluntarismo social. Para ele quando existe este fenômeno em função de uma determinada causa, fica um resíduo de confiança recíproca que ensejará novas formas, melhorando a dotação de capital social.

Robinson e Siles (1997), analisando a relação entre capital social e renda familiar nos Estados Unidos e constatando uma forte correlação entre a dotação de capital social e um melhor crescimento e distribuição de renda em comunidades, sobretudo porque o capital social é impulsionador do comércio, referem-se a investimentos em capital social. Para os autores, investimentos em capital social seriam quaisquer ações por parte do Estado ou da sociedade civil visando incrementar sinergismos e atividades cooperativas. Estas iniciativas freqüentemente construirão capital social porque elas ao engajar agentes evidenciarão o como e o quanto de interesses recíprocos existe. Para os autores estas iniciativas devem levar em conta histórias comuns e traços de personalidade, os quais estão mais freqüentes quando há comunhão de gênero, status econômico, ocupação, inimigos comuns, compartilhamento de associações, de valores, de idade, de educação, de local de residência, de preferências políticas e religiosas, de genealogia, etc.



Franco (2001), ao examinar como o capital social pode ser produzido, acumulado e reproduzido, estabelece uma relação direta e recíproca de causa efeito entre capital social e comunidade: quanto mais comunidades houver, mais capital social será produzido, o que levará ao surgimento de mais comunidades. Estas, por sua vez, dependeriam de valores compartilhados, de sentido de identidade e pertencimento, de cultura e atividades econômicas e políticas comuns, de coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos e algum grau de auto-governo. Franco esclarece que o conceito contemporâneo de comunidade é mais flexível porque ela pode assumir a forma de rede, com menos formalizações, dependências e condicionamentos a locais físicos. Em suas considerações sobre o gênese do capital social, o autor afirma que a mesma é dependente do capital social comunitário, ou aquele que está difuso na sociedade e que emerge com a criação das instituições, no sentido northniano da palavra. Franco, ao que tudo indica, vê no processo espontâneo de aprendizado da solidariedade comunal a origem das instituições que, por sal vez levariam ao capital social.

O conjunto de autores analisados leva à conclusão que não existe uma fórmula única de fazer emergir o capital social. Iniciativas do Estado e da sociedade civil, na presença ou não de um lastro de cultura cooperativa, mas facilitado por este, podem fazer emergir e ou prosperar o capital social. É quase consenso na maioria dos autores que não se parte do zero ou que o capital social não pode surgir em ambientes de mais completa anomia, caos ou dominados por lideranças autoritárias com fundamentação ilegítima. Não partir do zero significa que em toda ou qualquer comunidade, com maior ou menor influência familiar, sempre há alguma propensão à cooperar. O salto de qualidade se dá quando esta propensão é identificada e estimulada e organicamente utilizada para reforçar os laços de confiança. Se isto é feito por agências do Estado ou

por organizações da sociedade civil com base em filiação religiosa, política, étnica, etc., não importa. O que conta é como esta intervenção faz acender ou re-acender aquelas motivações que estavam latentes. Espera-se obter com a pesquisa de campo a comprovação empírica desta suspeita.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O objeto de pesquisa deste artigo se caracteriza em mostrar o pensamento dos diversos autores que trabalham com o conceito de capital social, assim como sua aplicabilidade para a promoção de um desenvolvimento mais equânime, socialmente justo e ambientalmente integrado e equilibrado.

Através de uma vasta pesquisa bibliográfica tentou-se construir um cenário de possibilidades de criação e emergência de capital social, considerando-o como uma ferramenta que promove uma maneira integrada de agir e interagir, tendo a confiança e a cooperação como base na efetivação de um bom funcionamento da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do referencial teórico discutido nos permite afirmar que, mesmo em localidades que não tenham experiência em exercer sua cidadania, moldadas por valores patriarcalistas e patrimonialistas é possível a indução de agregação de objetivos coletivos em prol da melhoria da qualidade de vida de seus agentes, através do fomento à criação e ampliação do capital social dessas localidades. Essa emergência de capital social somente se torna efetiva por meio de uma integração/parceria do Estado com a sociedade civil mais consistente e voltada para o desenvolvimento local sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, Editora, 2003.
- BAIARDI, A. **Padrões culturais e resistência à mudanças: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil**, in: Organizações & Sociedade, V.1, n. 3. dez./94.
- \_\_\_\_\_ **Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas: comentários sobre a obra de Robert Putnam**, Caderno CRH, n. 26/27, jan/dez 1997.
- BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. S.Paulo, Paz e Terra, 1986
- COLEMAN, J.S. **Social capital in the creation of human capital**. American Journal of Sociology, V. 94 supplement, S95-S120, summer 1995.
- D'ARAÚJO, M.C. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- FRANCO, A. de **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.
- FUKUYANA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_ **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_ **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- GRIX, J. **Social capital as a concept in the social sciences: the current state of the debate**. Democratization, Vol. 8, n.3, Autumn 2001.
- GUILHERME dos SANTOS, W **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- HIRANO, S. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- HELD, D. & THOMPSON, J.B. **Social theory of modern societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KLIKSBERG, B. - **Capital social y cultura - claves olvidadas del desarrollo.** In: s/r.

LANDES, D.S. **O prometeu desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEACH, E. **Culturas/cultura.** In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro.** São Paulo, Pioneira, 1983.

LEONARDI, R. & NANETTI, R. Y. **Lo sviluppo regionale nell'economia europea integrata,** Venezia, Marsilio, 1993.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** *Organização & Sociedade*, v. 11. Ed. especial , 2004.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão:** origem e evolução do capital social em Valente/BA. São Paulo: Annablume FAPESB, 2003.

NORTH, D. **Intitutions, intitutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_ **Intitutions.** Journal of Economic Perspectives-Volume 5, Number 1-Winter 1991.

\_\_\_\_\_ **Economic performance through time.** Washington: Washington University St. Louis, 1993.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OSTROM, E. & AHN T.K. **Foundations of Social Capital.** Cheltenham: An Elgar Reference Collection, 2003.

PUTMAN, R. **La tradizione civica nelle regione italiane** (do inglês: Making democracy work), Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1994.

\_\_\_\_\_ **Bowling alone:** America's declining social capital. Journal of Democracy, 6:1 ,jan 1995, 65-78.

PRADO JR. C. **A Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

REIS, E. **Governabilidade e solidariedade.** In: VALLADARES & COELHO (orgs.) Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

ROBINSON, L.J. e SILES, M. E. **Social capital and household income distributions in the United States:** 1980, 1990. East Lansing: Michigan State University, 1997.

VILANOVA, L. **Notas para um ensaio sobre a cultura.** In: Estudos Universitários, V.6, n 3, jul/set 1966.

WEBER, M. **Antologia di scritti sociologici a cura di Pier Paolo Giglioli**, Bologna: Il Mulino, 1977.

WEISZ, N. & VASSOLO, R.S. **O capital social das equipes empreendedoras nascentes.** *RAE*, Vol 44, n. 2, abr/jun 2004.

## **CAPÍTULO 3**

### **A EMERGENCIA DO CAPITAL SOCIAL NO AMBIENTE RURAL DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASOS SIGNIFICATIVOS<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Artigo a ser ajustado e submetido ao Comitê Editorial da Revista Científica Rural.

## **A EMERGENCIA DO CAPITAL SOCIAL NO AMBIENTE RURAL DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASOS SIGNIFICATIVOS**

**RESUMO:** O trabalho focaliza as determinantes do surgimento e acumulação original de capital social no meio rural da Bahia. O objetivo do mesmo é verificar em que condições foram criadas e/ou incrementadas as dotações de capital social em quatro casos escolhidos para a realização do estudo. Tentou-se averiguar como os membros de uma determinada comunidade desenvolveram a propensão à cooperar, passando a confiar em um núcleo de pessoas não integrantes do grupo familiar. A metodologia adotada foi de estudo de casos significativos, privilegiando como fonte os agentes que conduziram o processo, no sentido de esclarecer que determinantes principais atuaram na linha de superar os dilemas coletivos e o oportunismo desintegrador, gerando a cooperação voluntária, a reciprocidade e as redes de empenho cívico. O trabalho baseia-se em um pesquisa com apoio do CNPq sobre capital social na região e é parte de uma dissertação de mestrado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Capital Social; Emergência de Capital Social.

## **THE EMERGENCY OF THE SOCIAL CAPITAL IN THE RURAL ATMOSPHERE OF THE STATE OF BAHIA: A STUDY OF SIGNIFICANT CASES**

**ABSTRACT:** The work focalizes the decisive of the appearance and original accumulation of social capital in the rural way of Bahia. The objective of the same is to verify in that conditions were created increased the endowments of social capital in four chosen cases for the accomplishment of the study. He tried to discover as a certain community's members they developed the propensity to cooperate, starting to trust a nucleus of people non integral of the family group. The adopted methodology was of study of significant cases, privileging as source the agents that led the process, in the sense of clearing that main determinant acted in the line of overcoming the collective dilemmas and the disintegrating opportunism, generating the voluntary cooperation, the reciprocity and the nets of civic pledge. The work bases on a research with support of CNPq on social capital in the area and it is part of a master's degree dissertation.

**Key-word:** Rural development; Social capital; Emergency of Social Capital.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho focaliza um tema quase nunca abordado nos estudos sobre capital social: as determinantes de seu surgimento e acumulação original. Quando a primeira versão do livro de Robert Putnam, "Making Democracy Work" foi publicada na Itália em 1993, uma avalanche de críticas recaiu sobre o autor. As críticas iam desde considerações sobre a obviedade de afirmar que o sul é mal governado comparativamente ao norte até as acusações de discriminação racial e de preconceitos contra aquelas populações que estão mais próximas da África e que receberam contribuições de etnias mediterrâneas.

Entretanto, algumas críticas tocaram em uma questão mais profunda, qual seja: se a gênese do capital social está ligada a processos que afundam suas raízes no passado como as tradições cívicas e experiências de auto-governo local, as regiões que não vivenciaram estes processos estariam, portanto, fadadas a não ter dotações significativas de capital social. A ser verdadeira esta suposição, a **natureza do problema** seria como criar capital social. Para Putnam os precedentes político das regiões menos dotadas de senso cívico reforçariam as desigualdades e a ineficiência na medida em que os investimentos realizados pelos diversos governantes não visavam aumentar o capital social. Ao fazer esta e outras considerações o autor assumia que todo e qualquer região contava com alguma dotação de capital social. O problema seria como detectá-lo e fazê-lo expandir-se.

O interesse desta pesquisa é perceber como em determinada região - na qual a formação social se dá influenciada por padrões culturais baseados no patriarcalismo e patrimonialismo e em um quadro histórico de colônia de exploração - estes processos se verificaram. Em não existindo a herança das instituições medievais, sobretudo a



estrutura social e a atmosfera cultural da idade comunal que favoreceram as ligações horizontais, o senso cívico e o espírito de colaboração, não se pode esperar muito de regiões, como o Nordeste brasileiro, nas quais prevaleceu uma fratura entre governante e governado que somente desenvolveu eixos verticais de privilégios e clientelismos. **O objetivo principal**, portanto, seria verificar em que condições foram criadas e/ou incrementadas as dotações de capital social nos quatro casos escolhidos para a realização do estudo.

É fundamental averiguar como os membros de uma determinada comunidade passaram a aceitar a idéia de que é possível confiar em um núcleo de pessoas que vá além daquele familiar. Do mesmo modo convém saber como superaram medo de que a des-filiação de um membro de um projeto comum abalasse o mesmo e como mantiveram a crença de que o espírito da mútua ajuda e o senso ético da força da união foram preservados. Malgrado tenha aumentado o número de trabalhos que focalizam a existência de capital social, a maioria deles não se detém na questão da gênese. Analisam mais os benefícios para o desenvolvimento local e regional.

Destarte, o **estado atual de conhecimento sobre o problema** é limitado na medida em que as pesquisas se concentram nos resultados alcançados pelo recurso disponível, mas não reconstituem a trajetória de acumulação que mostrariam caminhos alternativos daqueles das regiões com passado rico de experiências de práticas de confiança e de solidariedade e que desenvolveram círculos virtuosos de acumulação de capital social.

## INSERÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS

### **A Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, Região Cacaueira.**

#### A região cacaueira

O cacaueiro é uma planta tropical, pertencente a família das *Esterculiáceas*, cujo nome científico é *Theobroma cacao*. Este é produzido em 45 países, especialmente na África Ocidental e na América Latina, estando bastante concentrada, pois  $\frac{3}{4}$  da produção mundial é proveniente de apenas 5 países. As principais regiões produtoras de cacau no Brasil são: sul da Bahia, Amazonas, Espírito Santo, Pará e Rondônia. Na Bahia os principais municípios produtores são Ilhéus, Itabuna e Canavieiras.

De acordo com o IBGE (2000) a área destinada a colheita do cacau na Bahia é de 490142 há, a área colhida é de 487542 há, a quantidade produzida é de 110654 t e o rendimento médio é de 614 kg/ha. A Bahia produz hoje cerca de 85% da cacau do país, mas a agregação de valor neste setor ainda é muito baixa, pois o produto ainda é comercializado na forma de sacas de cacau, sem nenhuma incorporação de inovação tecnológica que o torne mais inserido na economia mundial do chocolate, nem tão pouco na economia turística vinculada ao setor.

O período entre 1950 a 1975 compreende as informações estatísticas mais precisas sobre a região cacaueira. Dentro desse período há uma sub-divisão em três períodos distintos onde mostra-se claramente o impacto da incorporação de diferentes inovações tecnológicas, fazendo variar o rendimento físico desta lavoura.

O primeiro período está compreendido entre 1950 e 1960, onde houve um aumento da produção de 152 para 153mil toneladas. Paralelamente, ocorre um a queda na área destinada ao cacau, passando de 327,7 mil hectares para 279,9 mil hectares.

Como era necessário atender aos interesses do capital internacional, a política estatal induzia a concentração de capital na agricultura, para o atendimento de duas funções: a de fornecer alimentos a baixos preços e de aumentar as receitas de exportação, garantindo com isso, a importação de máquinas e insumos necessários à expansão industrial. Dentro desse contexto, a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC, foi criada com o intuito de ser uma articuladora de todas as forma de incentivo, desde assistência técnica, pesquisa agrônômica e instalação de infra-estrutura, até a criação de facilidades à obtenção de créditos para investimentos e custeio.(Baiardi, 1997)

Entre 1960 a 1970 se estabelece o segundo período, sendo este de transição, pois a quantidade produzida chega ao patamar de 31%, passando de 153 para 201 mil toneladas, paralelamente ao acréscimo da área em 27%, saindo de 280mil hectares para 355 mil hectares em 1970.(Baiardi, 1997).

O último período começa com a década de 70 e se estende até os dias atuais e é tido como o período de consolidação da moderna produção capitalista de cacau, com aceleração dos movimentos de concentração do capital, da renda e do acréscimo do rendimento físico.(Baiardi,1997)

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI - e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), o município de Ilhéus está a 465 Km de Salvador com uma área de 1.847,70 Km<sup>2</sup>, com altitude de 45m, latitude de 14°47'0'' e longitude de 39°03'0'', sendo seu clima úmido e úmido a subúmido seu tipo climático, conforme SEI (1999). O município possui uma população

total de 222.127 mil habitantes, com sua população urbana superior a população rural, sendo que 162.125 mil habitantes vivem na cidade contra 60.002 vivendo em sua zona rural. Sua densidade demográfica é, portanto, de 120,22 hab/Km<sup>2</sup>. Ilhéus está localizada na Microrregião Geográfica de Itabuna/Ilhéus, na Região Administrativa de Ilhéus e na Região Econômica do Litoral Sul, de acordo com a SEI (2000).

### A Cabruca

A Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia - CABRUCÁ, surgiu como resultado do sucesso das ações demonstrativas de comercialização de produtos orgânicos, certificados feitas pelo IESB - Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia e um grupo de produtores rurais interessados na conservação de Remanescentes Florestais Atlânticos, apoiados pelo CI - Conservation International do Brasil. A necessidade de profissionalizar essa ação e torná-la viável do ponto de vista socioeconômico, com escala para abrigar uma ação regional de conservação e desenvolvimento e, que representasse uma alternativa aos processos degradadores de produção da agricultura convencional e uso insustentável de recursos naturais, são as justificativas de criação dessa entidade.

O projeto de certificação da CABRUCÁ/ IESB congrega atualmente trinta e cinco produtores(as) orgânicos inspecionados pelo IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Botucatu - SP) entidade certificadora credenciada a IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) e DAR (Deutscher Akkreditierungsrat). Estes produtores estão prioritariamente praticando a agricultura orgânica certificada, com averbação de Reservas legais das propriedades, recomposição de áreas de floresta de preservação permanente (beiras de rios e áreas íngremes),

respeito incondicional à cidadania das famílias e incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPN'S, no entorno de unidades de conservação, demonstrando assim formas de abordagens práticas e eficientes para implantação de corredores ecológicos.

A atual proposta busca garantir condições de recuperação do cultivo agroflorestal de cacau baseado em melhores preços ofertados pelo mercado diferenciado de produtos orgânicos, no fomento ao enriquecimento do sistema agroflorestal tradicional, na capacitação dos associados e agregados, na assistência técnica e no processamento agroindustrial dos produtos primários (cacau, palmito, banana, cupuaçu, abacaxi, mamão e outras).

Pela característica de replicabilidade, este projeto representa um modelo de desenvolvimento para a região cacaueira que contemple um efetivo monitoramento ambiental e desenvolvimento sócio-econômico.

A ameaça constante dos ecossistemas do planeta está diretamente relacionada à falta de alternativas de exploração sustentáveis dos recursos naturais, a falta de planejamento de uso dos recursos naturais e ao não cumprimento das leis que ordenam o desenvolvimento. A escassez prevista de água no próximo século, a contaminação e destruição de biomas por atividades antrópicas é fruto da não aplicação de uma política que contemple em conjunto ações de conservação e desenvolvimento.

A grave crise econômica que passa a região cacaueira no estado da Bahia - Brasil trouxe ameaças reais a um dos ecossistemas mais ricos do Mundo. Fruto de um desequilíbrio ambiental, provavelmente causado pela alta carga de agrotóxicos aplicados, a

lavoura do cacau teve toda a sua base socioeconômica desestruturada com a chegada da doença Vassoura de Bruxa (Crinipellis perniciosa). Grandes extensões de cultivos agroflorestais e florestas nativas vem sendo substituídos e desmatados, respectivamente.

Diante desse quadro muitas alternativas surgiram, nos últimos anos, associando as ciências econômicas, sociais e biológicas produzindo informações e gerando políticas públicas que apontam para um desenvolvimento equilibrado e, principalmente, para o uso sustentável dos recursos naturais. O Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESB), organização não governamental sediada em Ilhéus, Bahia, vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão na região demonstrando, através de inúmeras iniciativas de sucesso que, a organização comunitária como instrumento de conservação, aliada a efetivação de práticas alternativas em toda a cadeia produtiva pode modificar o atual quadro de crise que passa a região, servindo como referencial para um novo modelo de desenvolvimento.

A produção orgânica com monitoramento ambiental, intensificação de cultivos adaptados em áreas já cultivadas com sistemas agroflorestais, a comercialização e processamento direto (feito por estruturas de produtores rurais) e o uso de novos instrumentos econômicos, tem sido as ferramentas utilizadas para esta nova etapa de desenvolvimento. A cooperativa de produtores orgânicos do sul da Bahia surgiu da incapacidade do IESB manter o processo de comercialização de Cacau orgânico, iniciado em 1999, e da necessidade de expandir a quantidade e diversidade de produtos orgânicos e a respectiva base de produtores no Sul da Bahia. Desta forma, sabendo da vocação do IESB e das suas limitações jurídicas, enquanto entidade não governamental e, principalmente, identificando onde seria mais produtivo atuar, optou-se pela mobilização de produtores para iniciar um processo de discussão em favor da criação de uma cooperativa, por um lado, e pela especialização no suporte ao fortalecimento dessa

estrutura e monitoramento geral, com ênfase na evolução de mecanismos de controle ambiental.

Com a criação da cooperativa de produtores orgânicos do Sul da Bahia, busca-se fomentar uma estrutura mais profissional e exclusivamente voltada para questões relacionadas à produção certificada e comercialização orgânica. Neste pouco tempo de envolvimento com o mercado orgânico, tem-se a consciência de ser este um crescente de organização e monitoramento, não esquecendo das dificuldades históricas para viabilizar, concretamente, tal modo de produzir.

A CABRUCÁ foi criada no dia 12 de dezembro de 2000 e está legalmente constituída pelas normas vigentes no Brasil sob número de registro na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB 29400028144, no dia 14/02/2001, com CNPJ de número 04.293.272 / 0001-88, sede na rua Jasmim 25, bairro Nelson Costa, Ilhéus – BA.

Os produtores envolvidos no processo de inspeção para orgânico / conversão somam aproximadamente 6 mil ha (área total de propriedade) com a metade das áreas vinculadas à produção agrícola em agroflorestas com base cacau. Para o ano de 2004, espera-se comercializar cem toneladas de cacau em amêndoas ou processados, 20 mil potes de palmito de açaí e 20 mil hastes de pupunha in natura, 50 toneladas de polpas de frutas, 10 toneladas de frutas desidratadas. O perfil dos produtores que compõe a CABRUCÁ é diverso, contando desde a participação de pequenos produtores familiares organizados em associações comunitárias, incluindo-se a participação de uma escola Família Agrícola, até médios produtores.

A CABRUCÁ conta com uma rede de produtores orgânicos com excelente capacidade para produzir produtos agrícolas de qualidade. No que se refere ao cacau, todas as propriedades ou associações dispõem de secadores, cochos e barcaças para realizar a seleção e fermentação necessária para obtenção de cacau em amêndoas de

qualidade superior. A cooperativa detém a tecnologia de armazenamento sem uso de insumos químicos com o uso de CO<sub>2</sub> e recipiente hermético (importado de ISRAEL), para o tratamento pós-colheita.

Em agosto 2002 a CABRUCA estabeleceu uma parceria com UNACAU IND. e COM. LTDA. empresa processadora líder no mercado nacional. Após certificação da unidade de processamento em Novembro de 2002, ocorre o processamento dos primeiros lotes de palmito Orgânico com a marca CABRUCA.

Também entra em produção uma unidade piloto de desidratação de frutas certificada localizada na propriedade de um cooperado da CABRUCA com capacidade de produção de 1 T /mês.

Atualmente, a cooperativa conta com um depósito para armazenar cacau, certificado pelo Instituto Biodinâmico – IBD. A rotina de trabalho é assumida pelos associados que se reúnem em grupos de trabalho. O depósito, que também é sede da CABRUCA fica em Ilhéus, capital da região cacauceira do sul da Bahia, com porto marítimo e aeroporto internacional.

## **A Rede Pintadas no Semi-Árido Baiano**

### Contextualizando o Semi-árido

O Nordeste brasileiro tem uma área de mais d 1.662.947 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 912.208 Km<sup>2</sup> estão na região do semi-árida. Atualmente o Nordeste encontra-se dividido em 172 unidades geoambientais, distribuídas em 20 unidades de paisagem, confirmando sua grande diversidade edafoclimática, implicando diferentes abordagens ao território.



A questão precípua a ser analisada é como se deve encarar o semi-árido: como área problema, como área com potencialidades ou como um espaço paradoxal, no sentido de Ter problemas e Ter várias virtualidade, ao mesmo tempo. A última alternativa é a mais consistente uma vez que recusa o determinismo geográfico, pois a degradação social e ambiental do semi-árido não decorre unicamente das restrições hídricas, de um balanço oferta-demanda de água desfavorável que tem como causas o regime intermitente dos rios, as chuvas irregulares, o predomínio de rochas cristalinas e clima megatérmico.

O meio físico pode dificultar a vida, exigir maior empenho e maior racionalidade na gestão dos recursos naturais, mas não impedir o desenvolvimento. O caminho para a modernidade requer, sobretudo em condições de adversidade climática, uma certa dotação de capital social.

O semi-árido sugere que se reflita sobre a índole das intervenções, sejam da parte do Estado, do setor privado ou do terceiro setor, que venham a ser cogitadas como necessárias para conviver com tamanha diversidade. O suposto inicial é que as mesmas devam se dar a partir da ótica de que é possível conceber ações que visem estimular o grau de racionalidade com que se comportam determinados agentes econômicos e certas comunidades e, ao mesmo tempo, tentar desestimular certos comportamentos que reproduzem as condições de ineficiência, que perpetuam a pobreza e comprometem a sustentabilidade das atividades produtivas. É ocioso dizer que nem sempre estas intervenções são possíveis nos marcos institucionais dados, o que sugere a idéia de um aperfeiçoamento da democracia na linha de reformas dirigidas à redução das desigualdades. Do mesmo modo se pensa com relação à capacidade transformadora do mercado – que nem sempre é óbvia e visível em todas as situações – o que recomenda,

sem querer reeditar o paternalismo, a necessidade de certas ações tipicamente do Governo, no sentido de tutelar as populações mais carentes e o ambiente.

Assim, o que mais falta ao semi-árido não é uma dotação exuberante de recursos naturais. Do que ele mais carece é de certo tipo de mentalidade, de determinado padrão cultural que agregue confiança, gere normas de convivência civilizadas, crie redes de associativismo e melhore a eficiência das organizações. Nos espaços sem história de comunidade cívica, este capital pode ser criado por intervenções do Estado e da sociedade civil. Na realidade do semi-árido – onde campeia o fatalismo, grande parte da população encontra-se em um estágio pré-político sem Ter consciência da possibilidade de mudar por meio de ações individuais e coletivas a situação em que vive, e onde os exemplos mais impactantes de ação coletiva ainda estão no messianismo e no cangaço – é longa a trajetória de mudança e grande a responsabilidade da sociedade política e da sociedade civil.

Neste quadro, sobressai a necessidade de coesão social para um adequado manejo dos recursos naturais em uma perspectiva coletiva e para concepção de arranjos produtivos locais. Somente ela pode gerar possibilidades de gerenciar o meio físico para um retorno econômico satisfatório no presente e garantir que as atividades possam ser mantidas no futuro.

### A Rede Pintadas

O município de Pintadas situa-se a cerca de 250 km a oeste de Salvador, na região do semi-árido baiano, estando 100% de seu território incluído no chamado *Polígono das Secas*, com altitude de 320m, latitude de 11°49'0'' e longitude de 39°55'0''. Segundo dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- do

ano de 2000, o total da população era de 11.166 habitantes, sendo que destes 63% viviam na zona rural. Isso mostra que o perfil do município segue uma regra dos municípios baianos, onde em todo o Estado cerca de 37,6% da população vivem na zona rural. É na Microrregião Geográfica de Feira de Santana, na Região Administrativa também de Feira de Santana e na Região Econômica do Paraguaçu que o município de Pintadas está inserido, conforme a SEI (2000). A concentração fundiária aparece como outra característica marcante no município, onde cerca de 80% dos produtores rurais possuem cerca de 15% do total de terras, nas quais os pequenos produtores produzem geralmente alimentos de subsistência como milho, feijão e mandioca, culturas altamente susceptíveis à seca. Resulta daí que a já conhecida migração sazonal para o Sudoeste do país ainda prevalece como uma prática no município, especialmente entre os homens, que tentam encontrar lá a possibilidade de trabalho e renda que não encontram na sua cidade.

Nesse contexto de migração surge o movimento social de Pintadas já na década de 60, liderado pela Igreja Católica e visando as necessidades dos produtores rurais da cidade. Esse movimento nasce como uma forma de a comunidade resistir as agruras sofridas. A organização social local, agora, se encontra muito mais organizada e fortalecida. Além disso, a cooperação com agentes de cooperação internacional também se tornou elemento mobilizador do desenvolvimento local do município, estando presente hoje no seu território ONG's de vários países como Itália, Alemanha, Bélgica, França e Holanda.

É com a criação da chamada Rede de Pintadas que o Movimento de Pintadas ganha maior força. Essa Rede atuou de forma funcional desde 2000 e de forma institucionalizada sob a forma jurídica de associação somente em julho de 2003. Agora, a maior parte das decisões são discutidas e tomadas no âmbito da Rede, com a

participação de representantes das várias entidades-membro. De caráter inovador no plano local, o Primeiro Congresso Popular acontece em junho de 2002 com o apoio da Prefeitura e com significativa participação popular. Apesar de elementos externos da comunidade, professores universitários e técnicos voluntários também participam dessa iniciativa.

A eleição de Neusa Cadore, em 1996, também pode ser considerada como um marco político na história da experiência de gestão participativa do município, que de tão inovadora acabou lhe permitindo a reeleição em 2000, visto que já tinha despertado na população local um desejo de melhorias comuns e de transformação mais profunda das estruturas políticas locais.

Porém, apesar da experiência gloriosa, a realidade do município se mostrava bastante difícil, sendo um dos 20 municípios do Estado com menor arrecadação tributária, além da dificuldade de acesso à terra, da disponibilidade de água potável e do seu isolamento em relação ao mercado. Como se não bastasse, o mandato de uma candidata do PT – Partido dos Trabalhadores- dificultou ainda mais o acesso a prioridades do governo estadual destinadas à cidade, como investimentos em infraestrutura socioeconômicas, por exemplo. Coincidente ou não, algumas semanas após a eleição da candidata, a única agência bancária do município – o BANEBA- foi fechada, o que acabou estimulando ainda mais o estabelecimento da cooperativa de crédito local – o SICOOP-.

Parte-se, daí, alguns questionamentos acerca da definição do capital social e sua relação com o desenvolvimento local. Primeiro, quanto aos valores e às normas sociais constitutivas do capital social, a cidade deixa clara a estreita relação entre a fé cristã e a transformação social, pois afirma-se que as noções de cidadania e compromisso cívico passam pela relação que o cidadão tem com a Igreja, na qual a mesma estimula a

construção do sentido do comunitário e do coletivo. Assim, a ação coletiva é justificada em função de seus benefícios econômicos, servindo como exemplo os folhetos informativos do SICOOB que lembram aos agricultores que é a parceria que eles estabeleceram com responsabilidade coletiva que permite que constituam fundos e contraíam empréstimos que, individualmente, seria muito mais difícil e oneroso conseguir.

Segundo é que a identidade coletiva é estreitamente relacionada com o movimento social de Pintadas. O compromisso com a *res publica* tem origem, entre outros fatores, na luta histórica pela sobrevivência e no constante combate contra as desigualdades no acesso à terra e a água. Daí, depreende-se que um dos pontos-chave para se entender a consciência coletiva e a liderança pintadense é perceber a sempre presente contestação. Acredita-se, pois, que o desenvolvimento local é, fundamentalmente, um problema de poder, de cultura e de política e que o capital social deve ser caracterizado pelo viés político da contestação.

### **A APAEB no Município de Valente, no Semi-Árido Baiano**

#### Contextualizando o Semi Árido

O ambiente físico, social e humano que caracteriza o entorno do município de Pintadas é praticamente o mesmo do município de Valente, uma vez que ambos encontram-se no mesmo eco-sistema.

O município de Valente dista 238 Km da capital do Estado. Com uma população total de 19.145 mil habitantes, com 9.511 mil habitantes na zona urbana e 9.634 mil habitantes na zona rural, sua altitude é de 360m, latitude de 11°25'0'' e longitude de 39°29'0''. Sua área total é de 372,5 Km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 51,40

hab/Km<sup>2</sup>. Valente está localizada na Microrregião Geográfica de Serrinha, na Região Administrativa também de Serreinha e sua Região Econômica é o Nordeste, de acordo com a SEI (2000).

### A APAEB

Na década de 60, chegou à Valente o movimento religioso da Igreja Católica que tinha como propósito a conscientização através dos seus princípios. Tais ideais eram mais divulgados na população da zona rural, em especial, os pequenos agricultores, induzindo-os a buscarem melhores condições de vida e sobrevivência com o ambiente local. Foi a partir desse sentimento de mudança que a Associação dos Pequenos Agricultores de Valente (APAEB) começou a ser idealizada.

A APAEB tem como princípio fundamental a organização dos trabalhadores do campo, promovendo o desenvolvimento no sertão, despertando-os para o resgate de sua identidade através da valorização de sua dignidade. É uma organização não governamental sem finalidade de lucro que visa o desenvolvimento social e econômico sustentável através da melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira.

A criação propriamente dita da associação se deu no dia 2 de julho de 1980 decorrente de um fato ocorrido na década anterior. Em 1970 os agricultores organizaram um protesto popular no, na época ainda em construção, Centro Administrativo de Salvador, para reclamar da política de tributação governamental vigente. A reivindicação era dirigida ao imposto pago na venda do excedente produzido na agricultura de subsistência que ocorriam em feiras livres.

O protesto foi aceito pelo governo estadual onde incentivou à organização dos produtores em associações. O Movimento de Organização Comunitária - MOC -, com sede em Feira de Santana, ajudou então a mobilizar os agricultores de Valente, criando a APAEB. Inicialmente o MOC tentou organizar uma cooperativa, mas a legislação da época impunha a total submissão da cooperativa às intervenções do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), com o intuito de manter o controle por parte do Estado. Essa alternativa foi rejeitada pelo grupo de pequenos produtores, criando então uma associação.

Em 1990 os seis municípios onde a APAEB atuava tornam-se juridicamente desvinculados, através da municipalização, dotando, de maior autonomia as localidades. Em 1993, oficializa-se a APABE do município de Valente que se destacava frente às outras, por sua postura mais dinâmica, sendo suas áreas de competência divididas em: produção agrícola, gestão econômica, capacitação de pessoas, industrialização de produtos agrícolas, influência no processo de formulação de políticas públicas e realização de pesquisas e estudos.

A APAEB começou a operar com recursos doados por instituições nacionais e internacionais e, posteriormente, parcerias com ONGs nacionais e estrangeiras, sindicatos e prefeituras. O quadro a seguir ilustra o apoio financeiro e as parcerias realizadas pela APAEB entre 1980 e 2001.

#### Quadro 1

##### Apoio Financeiro e Parceiros (1980-2001)

Instituição	Local de origem
Aecofaba	Riacho de Santana, BA
Banco do Nordeste	Feira de Santana, BA
Ceris	Rio de Janeiro, RJ
Fundação Doen	Holanda
Pã para o mundo	Alemanha
Fade	Pernambuco

SOS PG	Bélgica
Vitae	São Paulo
Fundação Heinrich Boll	Alemanha
Il Canalli	Itália
Lateinamerika Zentrum E. V.	Alemanha
MLAL	Itália
UEFS	Feira de Santana, BA

Fonte: APAEB

## Quadro 2

### Apoio Financeiro em 2001

Instituição	Local de origem
BNDES	Rio de Janeiro
COOPERE	Valente, BA
Cese	Salvador, BA
Disop	Bélgica
Fundação Kellog	Estados Unidos
Fundo Canadá	Canadá
Manos Unidos	Espanha
Misereor	Alemanha
MOC	Feira de Santana, BA
Simfr	Bélgica
Sudic	Bahia
Winrock Internacional	Estados Unidos e Salvador, BA

Fonte: APAEB

## Quadro 3

### Apoio em 2001 (contatos, informações e ações conjuntas em 2001)

Instituição	Local de origem
ASHOKA	Rio de Janeiro e São Paulo
Associações comunitárias	Valente e Região sisaleira
CORDAID	Holanda
Fundação Getúlio Vargas	São Paulo, SP
Inter American Foundation	Estados Unidos
Kreditbank	Bélgica
Sabiá, cultura e arte popular	Rio de Janeiro, RJ
Schwab Foundation	Suíça
S. P. R.	Região sisaleira
Prefeituras	Valente, Retirolândia e São Domingos
Refaisa	Salvador, BA

Fonte: APAEB



## **A COMASFE no município de São Felipe, no Recôncavo Sul**

### Contextualizando o Recôncavo Sul

A região do Recôncavo ocupa uma área de 10.840 Km<sup>2</sup> correspondendo a 1,7% da superfície total do Estado da Bahia. Esta é uma região que tem um formato de retângulo na direção nordeste-sudeste, sendo essencialmente costeira. Situa-se entre os meridianos 37 e 39 a oeste de Greenwich e no limite dos paralelos 12 e 13 ao sul do Equador, limita-se a leste com o Atlântico, ao sul com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estêvão e Castro Alves e, ao norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios.

O Recôncavo encontra-se dividido em duas regiões, onde uma compreende a região metropolitana de Salvador e a outra compreende a parte chamada de Recôncavo Sul que abriga o município de São Felipe. A região como um todo ocupa a maior parte da planície litorânea, onde está inserido o Planalto de Cruz das Almas e parte dos tabuleiros do Centro Norte, ocupa também a faixa de terra que se localiza ao redor da baía de Todos os Santos e é composta por 33 municípios.

O Rio Paraguaçu é o principal curso fluvial navegável do Recôncavo e seu relevo é pouco acidentado, com subidas para o baixo planalto de Cruz das Almas, de aproximadamente 200 metros. Devido a variedade do seu relevo, constata-se a presença de numerosos microclimas, caracterizando seu clima como carregado de umidade, conseguindo penetrar toda a região. Mas há predominância de um clima tropical quente e úmido que proporciona chuvas regulares todo o ano.

A população do Recôncavo se deu através de uma mistura do índio, do branco português e do negro, sendo esta mistura a matriz do processo de miscigenação da região, fornecendo-lhe os referenciais de cor e raça de sua população.

O crescimento da população do Recôncavo foi rápido devido a excelentes condições da região que acabaram favorecendo o seu desenvolvimento acelerado, tornando-a numa área próspera e importante para o Estado.

Muitas são as explicações históricas para o quadro de estagnação sofrido atualmente pela região do Recôncavo. Como hospeda grande parte de desempregados e subempregados, houve um agravamento na região dos seus problemas sociais, agravando os índices de marginalização urbana.

A mobilização econômica proporcionada hoje pelo Recôncavo não é suficiente para mobilizar os recursos humanos e naturais existentes, agravando ainda mais a pobreza que ora se encontra generalizada.

#### Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe - COMASFE

O município de São Felipe dista 178 km da capital do Estado, possuindo uma área total de 198,7 km<sup>2</sup>, com altitude de 160 m, latitude de 12° 51' 00' e longitude de 39° 06' 00' conforme IBGE (2000). Seu clima é úmido a sub-úmido a seco, de acordo com a SEI (1999). São Felipe possui uma população total de 20.228 habitantes, com maior concentração populacional na zona rural com 11.978 habitantes frente 8.250 habitantes da zona urbana. São Felipe está inserido na Microrregião Geográfica de Santo Antônio de Jesus, sua Região Administrativa é o município de Cruz das Almas e sua Região Econômica é o Recôncavo Sul, conforme informações da SEI (2000).

A Cooperativa Agrícola dos Produtos de Mandioca (COMASFE) foi idealizada pelos moradores de Sapezinho em 1978 e legalizada em 1980. Sua sede era em Sapezinho, distrito de São Felipe, Bahia. O objetivo da formação da cooperativa principal foi melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor, intensificando seus interesses econômicos e sociais, trabalhando em função de cada uma das famílias dos agricultores e também a serviço de toda a comunidade local.

A criação da COMASFE teve um papel também na contribuição para a codificação de um sistema econômico e social orientado sobre a igualdade de oportunidade, de direitos e de obrigações, criando desta forma, possibilidade de transformação do meio onde atua. A cooperativa nasceu da necessidade de organização da produção de mandioca, onde o Estado desempenhou papel fundamental, pois, viabilizou, através de técnicos do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED e da professora Terezinha da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, aos 40 associados o conhecimento necessário para o funcionamento da cooperativa. Foram passados conhecimentos na área de assistência técnica, equipamentos, crédito rural, assistência na plantação, no beneficiamento e também, na comercialização.

A COMASFE exercia suas atividades não somente em São Felipe, abrangendo as localidades de Cangalheiro, Retiro, Terrão, Jaqueira, Jenipapo e Sobradinho. Foi necessária a contribuição de CR\$ 500,00 (quinhentos Cruzeiros), considerada uma taxa de participação mínima, para legitimar a adesão do associado à cooperativa. Esse valor era dividido em quatro meses com uma prestação de CR\$ 100,00 (cem Cruzeiros) cada mês, sendo que no ato de inscrição, o associado pagou CR\$ 100,00 (cem Cruzeiros).

## MATERIAIS E MÉTODOS

O objeto de pesquisa é a trajetória seguida por algumas comunidades na construção de instituições e organizações (i) que vieram a dar respostas afirmativas diante de problemas de exclusão social, (ii) de falta de cooperação para atingir objetivos comuns, (iii) de necessidade de ação conjunta para proteger o ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável e (iv) de criação de um produto homogêneo e certificado para o mercado internacional. A pesquisa orienta a investigação para o campo da cultura e do engajamento cívico, escrutinando os atores protagonistas, seguidores e aderentes tardios em relação a: (1) qual o seu entendimento sobre as causas da comunidade ter despertado para a prática da reciprocidade (formal e informal) e da solidariedade? (2) como os seus membros integraram os seus interesses individuais (materiais, culturais e simbólicos) aos interesses que se formam no âmbito do bem comum, aquele que permite, em última instância, viabilizar os interesses comuns? 3) Que iniciativas construtivistas foram tomadas e quem as tomou? 4) Qual a repercussão no seio da comunidade diante dos primeiros problemas? 5) que foi feito para garantir o clima de confiança em momentos de descrença?

Feitas as considerações acima, é possível definir a natureza do problema da pesquisa. Um conjunto de perguntas como as que seguem, ajuda melhor a entender a índole do mesmo: a) como criar capital social em ambientes que não herdaram a rica herança das instituições medievais de ajuda mútua, das tradições cívicas e experiências de auto-governo local? b) se nas regiões Sul e Sudeste do Brasil - nas quais a maior presença de imigração européia não ibérica plantou padrões culturais mais próximos da colônia de povoamento - nem sempre a dotação de capital social é óbvia e precisaria ser incrementada, que dizer do Nordeste onde predominou no meio rural a *plantation*

açucareira e no ambiente urbano as atividades empresariais que contaram com capital original proveniente do contrabando e do tráfico de escravos (PEDRÃO, 1996 e 1998; BAIARDI, 1994)? c) em não existindo a herança das instituições medievais, tais como a estrutura social e a atmosfera cultural da idade comunal que favoreceram as ligações horizontais, o senso cívico e o espírito de colaboração, que esperar de regiões onde sempre prevaleceu uma fratura entre governante e governados, que somente desenvolveram eixos verticais de privilégios e clientelismos como o Nordeste brasileiro? d) a ser verdadeira a suposição Putnam (1993), de que é possível a criação do capital social por meio de intervenções, inclusive políticas públicas, que grau de dificuldades e vicissitudes foram enfrentadas nas regiões na qual a sociedade regional foi influenciada por padrões culturais vicejados pelo patriarcalismo e patrimonialismo, em um quadro histórico de colônia de exploração? Este conjunto de perguntas expressa o problema de pesquisa de modo inequívoco: dado o quadro regional acima definido e diante do fato de que comunidades vêm prosperando com base na coesão social e com base no engajamento cívico, que intervenções da parte do Estado e da Sociedade Civil possibilitaram a geração de capital social?

A metodologia utilizada na investigação foi a típica de estudo de caso, com observação *ex-post* e conexão descendente, ou seja, abordagem dedutiva. Partiu-se das teorias que ajudam a elucidar os fenômenos e tenta-se qualificá-los devidamente. Como o objeto da pesquisa é a emergência do capital social, é imperativo que a observação se dê focalizando casos concretos nos quais se obteve uma dotação significativa desta forma de capital, avaliada pelos resultados obtidos, construção de instituições e organizações, por meio de ações integradoras da comunidade e de busca de coesão social.

A fonte de dados para os casos estudados foi uma pesquisa direta junto a informantes qualificados que fossem membros fundadores ou que mesmo não preenchendo esta condição, pelo envolvimento com as organizações tenham se apropriado do processo de sua gênese. O número de entrevistas a serem realizadas com esse público dependeu de um índice de saturação que se expressa pela repetição das respostas a uma mesma pergunta. Trata-se uma amostra não probabilística, mas com grande potencial de representatividade da população, em virtude da qualificação do informante.

Os procedimentos utilizados:

- 1) revisão da literatura com vistas a obter-se um maior rigor conceitual das categorias empregadas (engajamento cívico, cidadania, coesão social, solidariedade, reciprocidade, cultura, valores, normas, mentalidades, etc.) e uma melhor inserção do objeto de estudo na sua área de conhecimento, bem como voltada para a análise da ação coletiva. Nesta revisão foram analisados autores clássicos como Tocqueville e Weber e contemporâneos como Bendix, North, Hirshman, Ostrom, Putnam, Fukuyama, Williamson, Robinson e Siles, além e de autores nacionais que focalizaram o tema no Brasil como Abramovay, Nascimento, Baiardi etc. A revisão foi seguida de seminários e laboratórios de leitura com debates sobre estudos de teoria social (atores, sociedade, cultura política); conceitos de instituições e de organizações; política e democracia; organizações políticas; metodologia de pesquisa do trabalho científico. As atividades envolveram técnicas de leitura, análise de textos, técnicas de redação e interpretação. Estas atividades foram realizadas pela pesquisadora, pelo professor-orientador e por bolsistas e pesquisadores associados (docentes e

discentes) do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq “Cultura e Desempenho na Sociedade Civil”, que tem a tradição de manter seminários conjuntos de estudos.

- 2) pesquisa documental de dados secundários relevantes ao objeto de pesquisa: informações e análises na imprensa, arquivos diversos, documentos de agências públicas ou privadas especializadas no estudo e relatórios internos elaborados por técnicos e membros protagonistas e coadjuvantes do processo de construção institucional e organizacional, com o objetivo de analisar o conteúdo dos mesmos e inferir elementos quanto ao objeto de estudo;
- 3) trabalho de campo: (i) elaboração de questionários semi-estruturados para ser aplicado a membros antigos que tiveram algum papel de protagonista no processo de construção das instituições e organizações estudadas e a membros atuais que participam da consolidação das mesmas; (ii) teste dos questionários na forma de aplicação piloto procedendo-se as correções devidas e (iii) aplicação dos questionários aos informantes qualificados, assim definidos pelo papel desempenhado;
- 5) observação, de certo modo participante, com coleta de informações complementares mediante reuniões com as diretorias ou coordenações das organizações escolhidas;
- 6) produção de tabelas e outros recursos de interpretação dos dados;
- 7) organização e classificação dos dados secundários coletados em diversas modalidades de arquivos para uso como material de apoio na análise dos dados da pesquisa de campo;
- 8) análise do conjunto de informações no sentido de esclarecer que determinantes principais atuaram na linha de superar os dilemas coletivos e o

oportunismo desintegrador e gerar a cooperação voluntária, a reciprocidade e as redes de empenho cívico e elaboração do relatório na forma de capítulos.

Essas atividades foram realizadas pelo professor-orientador, bolsista de mestrado e bolsistas de Iniciação Científica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item são apresentados em tabelas os resultados das entrevistas realizadas nos quatro casos estudados, na forma de frequência absoluta. As tabelas visam avaliar 1) o papel e a condição de entrevistado com a organização, 2) o eventual recebimento de ajuda por ocasião da fundação, 3) o perfil dos agentes que jogaram papel essencial na criação, 4) os fatores importantes na coesão da comunidade e 5) as ações sugeridas para a criação de novas entidades.

Tabela 1  
Papel e condição dos entrevistados por entidade

Entidade	Sócio fundador	Colaborador pioneiro	Técnico	Outra condição	Total
Cabruca	3	0	1	0	4
Pintadas	0	0	0	4	4
Apueb	2	2	0	2	6
Comasfe	2	0	0	0	2
Total	7	2	1	6	16

Fonte: Pesquisa de campo

Uma análise dos resultados das tabelas evidencia que os entrevistados, mesmo não sendo fundador ou aderente no primeiro momento, sente-se ligado à organização e à sua história, dispendo-se a dar informações e julgando-se vinculado à criação e desenvolvimento da mesma.



Tabela 2  
Colaboração recebida pela entidade na criação

Entidade	Instituto de Pesquisa	ONGs	Estado/ Governo	Sindicato	Org. Religiosas	Não Teve	Total
Cabruca	4	1	0	0	0	0	5
Pintadas	0	1	1	2	2	0	6
Apueb	0	0	0	1	1	2	4
Comasfe	0	0	2	0	0	0	2
Total	4	2	3	3	3	2	17

Fonte: Pesquisa de campo

A análise deixa claro também que as organizações foram criadas sem apoio governamental, destacando-se entre as entidades que as fomentaram a Pastoral da Terra, ONGs desenvolvimentistas e ambientalistas e sindicatos.

Tabela 3  
Perfil dos agentes que jogaram papel essencial na criação.

Entidade	ONGs	Org. Religiosas	Pessoa física/ Agentes inovadores	Técnicos de Institutos Governamentais	Total
Cabruca	0	0	4	0	4
Pintadas	0	2	3	0	5
Apueb	3	2	2	0	7
Comasfe	0	0	2	2	4
Total	3	4	11	2	20

Fonte: Pesquisa de campo

Quanto ao perfil dos agentes que foram decisivos na criação, aparecem com maior frequência militantes de ONGs, sacerdotes e colaboradores da Pastoral da Terra e ativistas tipo *free lancers*, identificados com causas sociais e ecológicas.

Tabela 4  
Fatores importantes na coesão da comunidade

Entidade	Preocupação Ambiental	Desenvolvimento Econômico	Necessidade/ Carência	Cooperação	Não teve	Mobilização Externa	Total
Cabruca	4	4	0	0	0	0	8
Pintadas	0	0	3	0	0	0	3

Apueb	0	2	3	0	0	0	5
Comasfe	0	0	0	0	0	2	2
Total	4	6	6	0	0	2	18

Fonte: Pesquisa de campo

Os fatores responsáveis pela mobilização da comunidade, segundo a pesquisa, foram principalmente o problema ambiental, a expectativa de melhorar de vida e a necessidade de atender a carências muito graves identificadas na comunidade.

Tabela 5  
Ações sugeridas para a criação de novas entidades

Entidade	Sensibilização/ Mobilização	Assistência Técnica	Liderança	Interesses Coletivos	Ajudas Institucionais	União	Total
Cabruca	1	2	1	2	1	2	9
Pintadas	1	0	0	1	1	1	4
Apueb	1	1	1	1	1	1	6
Comasfe	0	1	0	0	0	2	3
Total	3	4	2	4	3	6	22

Fonte: Pesquisa de campo

Por último os dados sugerem que como ações para fazer emergir o capital social estão todas as colocadas nas perguntas: a sensibilização e a mobilização, a assistência técnica / extensão rural, a ênfase no interesse coletivo, o fomento à coesão, as ajudas institucionais e o estímulo à lideranças.

O papel protagonizados por lideranças rurais preocupados em modificar sua realidade através de ações/práticas de cooperação e confiança é referendado na análise do discurso dos representantes/participantes das entidades, evidenciado nas respostas dadas às perguntas inseridas num questionário de pesquisa que pode ser observado em anexo. A análise do discurso pode ser comprovada a seguir:

## A Experiência da Cabruca

### **Entrevista com Durval Libânio Neto Melo**

- 1) Relacionamento com a entidade: Participa da cooperativa desde o processo de criação e concepção. É fundador em termos de contribuição. A fundação de dá em 2000.
- 2) Papel na criação: Ajudou na identificação dos sócios com perfil, na formatação do modelo e na sensibilização dos produtores associados. Aplainou conflitos.
- 3) Descrição do processo de criação: já respondida
- 4) Ajudas recebidas: O IESB, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e a Conservation International ajudaram. No primeiro momento o Estado não participou.
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A Crise da cacauicultura levou à busca de alternativas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e com maior retorno econômico. Pesou também a idéia de que a ação coletiva é superior à ação individual
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: Um grupo sob a liderança de Marc Nuscheller, um suíço que influenciou produtores e técnicos, sobretudo propondo tratamento das amêndoas por métodos físicos. Houve também a influência de Patrick Labaré. A Cacaudinâmica, empresa privada, deu início à idéia da sustentabilidade, que foi apropriada na ação coletiva.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: a) verificar convergência de interesses; b) sensibilização de interessados; c) suporte técnico; d) institucionalização

### **Entrevista com Fausto Lavigne Soares Pinheiro**

- 1) Relacionamento com a entidade: Diretor fundador com envolvimento desde o início. Papel na criação: Ajudou na identificação dos sócios com perfil, na formatação do modelo e na sensibilização dos produtores associados. Aplainou conflitos.
- 2) Papel na criação: Foi protagonista, desde o início.

- 3) Descrição do processo de criação: O papel, via o cooperativismo como forma de racionalizar a produção e a comercialização, optando-se pela ação coletiva como superior / visava também quebrar o paradigma da monocultura, permitindo a incorporação da pequena produção
- 4) Ajudas recebidas: O IESB, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e a Conservation International ajudaram. No primeiro momento o Estado não participou. O IESB deu até sustentação financeira em uma operação mal sucedida realizada pela CABRUCA o que garantiu a sua credibilidade.
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: O entendimento de que as vantagens de comércio são obtidas pela ação coletiva / as vantagens eram referidas ao volume e à diferenciação / A preocupação com o ambiente também estava entre os fatores de coalescência.
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: O Marc Nuscheller jogou um papel especial, o Joaquim Blanes Jordan Jr (Peninha) e o Rocha.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: a) encontrar um grupo de pessoas que acreditam na ação coletiva como oportunidade de negócio; b) orientar o grupo, inclusive nos aspectos técnicos; c) identificar lideranças que possam subsidiar a ação dos que puxam os cordéis, dos coordenadores; d) buscar lideranças formais e informais

### **Entrevista com Rui Rocha, ex Diretor do IESB**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde 94 e 95 analisa a crise da cacauicultura e as alternativas, incluindo a dimensão ambiental e sua vinculação com a viabilidade econômica. A idéia da produção orgânica veio do mercado. O IESB esteve alerta para apoiar iniciativas de formação de capital social. Papel na criação: Foi protagonista, desde o início.
- 2) Descrição do processo de criação: Sim, como diretor do IESB, identificando um grupo de produtores e aproximando-os.
- 3) Teve papel de protagonista uma vez que estava à frente do IESB
- 4) Ajudas recebidas: O IESB recebeu a colaboração de Marc Nuscheller e junto fizeram a formalização da proposta de ação coletiva. Procurou-se na mesma aproximar pequenos e médios produtores. O conceito de extensão rural foi

substituído pelo de articulação produtiva. Decidiu-se pela necessidade de manter a qualidade e a remuneração do produto. A FASE, uma ONG ligada à Igreja, também ajudou.

- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A sinalização dada por Keith Alger sobre o perigo do desmatamento e a necessidade de conceber soluções adaptadas O entendimento de que as vantagens de comércio, sobretudo a perspectiva de ganhar mais pelo produto e ampliar a escala de comercialização
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: O Marc Nuscheller em primeiro lugar, em segundo Joaquim Blanes Jordan Jr (Peninha), em terceiro Eliezér, em quarto Fausto e em quinto Paulo Pinto
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: a) começar com apoio ao 3º setor, às ONGS, via oficinas de capacitação, treinamento em aspectos gerenciais, preservacionistas e de políticas públicas / Tentar mudar a estratégia das ONGS, tornando-as menos voluntaristas e mais construtivistas, com capacidade de influenciar agendas/ usos de ferramentas de análise avançadas e adequadas e tentar saber as tendências das ações do Estado.

#### **Entrevista com Paulo Pinto, associado**

- 1) Relacionamento com a entidade: Foi um dos fundadores e participou desde o início na discussão das primeiras idéias.
- 2) Papel na criação: Foi protagonista, na discussão inicial propôs a criação da cooperativa.
- 3) Descrição do processo de criação: baseou-se no convencimento, ressaltando-se a importância da cooperativa.
- 4) Ajudas recebidas: O IESB, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, em primeiro lugar e do Estado não se recebeu nenhum apoio. Atualmente a CEPLAC dá algum tipo de ajuda.
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: Vontade de produzir e comercializar produtos orgânicos que ademais de contribuírem para a biodiversidade têm um valor comercial diferenciado.

- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: O Marc Nuscheller jogou um papel especial, seguido do Joaquim Blanes Jordan Jr (Peninha)
- 8) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: a) reunir pessoas com interesses comuns, b) reunir pessoas com capacidade de dialogar, b) selecionar e trabalhar parcerias c) ter determinação e disposição.

Na fala dos integrantes da Cabruca percebe-se uma forte influência do IESB como fomentador do processo de associação. A Cabruca realiza integração vertical com a Uocacau Agrícola onde o palmito é processado, constatando-se com isso, a presença do espírito do distrito industrial marshalliano. A maior motivação para a criação da associação foi a crise sofrida pela cacauicultura que desencadeou a união dos produtores rurais para formalizarem a ação coletiva.

#### A Experiência da Rede Pintadas

##### **Entrevistas com Jeane, agrotécnica**

- 1) Relacionamento com a entidade: Foi admitida recentemente como técnica.
- 2) Papel na criação: Não teve papel na criação.
- 3) Descrição do processo de criação: Partiu da ação da Igreja com o Sindicato. A teologia da libertação levou a novas reflexões sobre o papel na terra.
- 4) Ajudas recebidas: Nos primórdios não houve qualquer ajuda do governo
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A luta pela terra foi fator impulsionador.
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: Padres Sérgio e Jacob, Daniel Mendes, Dermeval Epifânio. Contribuíram também as irmãs Velzi e Neuza.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: não soube informar.

**Entrevistas com Alessandro, Nereide e Neuza**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde 1987 Nereide e Neuza têm relação e tudo surgiu com a Comunidade Eclesiástica de Base, CEB, chegando a serem constituídas 35 CEBs
- 2) Papel na criação: Nereide e Neuza não tiveram papel na criação, pois chegaram dois anos depois da mobilização inicial.
- 3) Descrição do processo de criação: O processo foi deflagrado a partir da luta pela terra na fazenda Lameiro. A CEB foi o local inicial das discussões e do processo de conscientização. Os mutirões com as assembléias ensejaram a organização da rede. A partir da conquista da fazenda Lameiro o processo evoluiu.
- 4) Ajudas recebidas: O Estado da Bahia através da CAR deu uma ajuda em termos de generalizações das ações de mobilização. Houve também a contribuição da JPL, Juventude para a Libertação. A experiência de coletivização da terra na área desapropriada não deu certo. A rede se consolidou e o estímulo inicial vinha das decisões de capacitar e organizar. Houve também apoio de ONGs/agências internacionais
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A gestão dos recursos naturais foi o fator que mais cimentou as iniciativas associativistas. Visava-se por meio da mesma beneficiar a coletividade.
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: a) missionários, b) sindicato, c) centro comunitário, d) JPL.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: o processo é endógeno embora os mesmos elementos possam se reproduzir alhures. Desde 84 havia uma capacidade de mobilização. Despertada pelo trabalho da Igreja Católica

**Entrevista Sr. Milton Aparecido Pessoa Ramos**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde 1996
- 2) Papel na criação: não teve

- 3) Descrição do processo de criação: Trabalhou na escola família agrícola, se integrando ao movimento popular, sendo um dos sócio fundadores da COAP e do SICCOB.
- 4) Ajudas recebidas: Não houve ajuda do governo. Houve ajuda da Igreja Católica e do Sindicato
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: Mobilização realizada pela Igreja Católica - Necessidades/Carências
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: a) missionários, b) sindicato, c) centro comunitário, d) JPL.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres
  - Conscientização da população (Deve-se muito ao trabalho realizado pela Igreja)
  - União para o desenvolvimento de um projeto único – o bem- estar da população
  - Priorização do beneficiamento da população de Pintadas

A luta pela terra foi a variável que impulsionou a busca da melhoria das condições de vida da população rural de Pintadas. A ação de conscientização e mobilização partiu de agentes externos à comunidade, da união entre a Igreja Católica - com a teologia da libertação – e o sindicato.

### A Experiência da APAEB

#### **Entrevista com Ismael (fundador)**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde 1970 tem início o trabalho de mobilização conduzido pela Comunidade Eclesiástica de Base, CEB, através de padres italianos e ao mesmo segue a iniciativa do sindicato rural de criar uma



cooperativa. A APAEB surge em 1980 a partir destes fatos. Desde o início tem relação com o processo

- 2) Papel na criação: teve participação na criação desde o início. A partir de certo ponto não foi mais necessária a iniciativa da Igreja.
- 3) Descrição do processo de criação: O processo foi linear. Passando de associação para comercialização para cooperativa, com limitações no processo de institucionalização.
- 4) Ajudas recebidas: O Estado não concedeu nenhuma ajuda, ao contrário dificultou, sobretudo taxando todas as operações de comercialização.
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A visão da ajuda mútua foi o impulso inicial. Posteriormente os resultados obtidos na comercialização e no beneficiamento do sisal encorajaram novas ações
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: a) padres missionários italianos, b) sindicato, c) o MOC, d) e pessoas como Reinaldo, Ivo, D. Lúcia, e Deodato.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: o modelo pode se reproduzir com os passos referidos: mobilização + organização + constituição dos componentes específicos: associação, cooperativa, bateadeira, indústria, cooperativa de crédito, supermercado, etc

#### **Entrevistas com Eremita, Misael e Reinaldo (fundadores)**

- 1) Relacionamento com a entidade: Eremita foi fundadora e Misael animador de comunidades. Estavam nas primeiras reuniões realizadas pelos padres italianos em 1973 com o objetivo de refletir sobre a ação social. O sindicato agregou-se ao trabalho de mobilização a partir de 1975, quando muda a diretoria.
- 2) Papel na criação: Todos tiveram participação na criação desde o início, atuando inicialmente ao nível regional e depois ao nível local. A partir de certo ponto não foi mais necessária a iniciativa da Igreja.
- 3) Descrição do processo de criação: Na deflagração do processo foi importante a desvalorização do sisal que levou a um empobrecimento geral e a uma decisão de fazer algo para mudar.

- 4) Ajudas recebidas: O Estado não concedeu nenhuma ajuda.
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: A visão da possibilidade de se obter resultados econômicos para superar a miséria foi decisiva. Apenas alguns concebiam que por meio das ações conseguiriam uma transformação social mais ampla. Sem dúvida alguma o trabalho seminal foi da Igreja
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: a) padres missionários italianos, b) sindicato, c) o MOC, d) e companheiros.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: o mesmo modelo realizando com algumas adaptações a depender do contexto e da região.

**Entrevista com Sr. Jerônimo Rodrigues – Professor da UEFS e funcionário do MOC**

- 1) Relacionamento com a entidade: Trabalha no MOC a 9 anos
- 2) Papel na criação: nenhuma
- 3) Descrição do processo de criação: A estratégia usada pelo MOC foi viabilizar a separação das APAEB's, criando estruturas políticas e de produção autônomas umas das outras, para que a APAEB de Valente, que era a mais forte, não ficasse arcando com os impostos e outros custos das outras APAEB's.
- 4) Ajudas recebidas: A Igreja Católica de Valente e o sindicato
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade:
  - Ausência do Estado enquanto políticas públicas
  - Dificuldade do agricultor
    - Econômica
    - Assistência técnica
    - Formação e informação
  - Produção para a subsistência
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: MOC, Igreja Católica, Apoio internacional e o Sindicato.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres:
  - Necessidades de organizações de segmentos
    - Organização de mulheres;

- Rádio;
- Organização política dos jovens.

- Organização das lideranças

- Nomes (levantamento da demanda)
- Capacitação
- Garantia da estruturação dessas organizações

No caso da APAEB não só a Igreja Católica e o sindicato, mas também o MOC tiveram um papel preponderante para a organização da ação coletiva, onde o capital social foi solidificado e institucionalizado na união dos camponeses, através da confiança mútua, fortalecendo a articulação da resistência contra a pobreza, a exploração e a subordinação que eram submetidos.

A Experiência da COMASFE.

**Entrevista com D. Joana (fundadora)**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde a formação em 1978 e também na sua legalização em 1980.
- 2) Papel na criação: teve participação na criação desde o início, depois se tornou presidente da cooperativa.
- 3) Descrição do processo de criação: O governo queria montar uma cooperativa de produtores de mandioca na região e a cidade de São Felipe mais precisamente no povoado do Sapezinho foi escolhido devido à existência de pequenos produtores que possuíam uma renda muito baixa, tornando-se conseqüentemente a cidade mais pobre da região.
- 4) Ajudas recebidas: O governo formou a entidade disponibilizando assistência técnica, equipamentos, crédito, acompanhando nas plantações, no beneficiamento da farinha e na comercialização. Além da prefeitura de São Felipe que comprou um terreno e doou para construção da sede da cooperativa.

- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: Mobilização por parte dos órgãos envolvidos tendo o apoio das pessoas que se destacavam com líderes comunitários.
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: A professora Tereza, como era chamada, e os técnicos financiados pelo governo.
- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: manter-se o apoio da assistência técnica e do crédito, além de uma maior união entre os cooperados.

### **Entrevista com Sr. José Nascimento (fundador)**

- 1) Relacionamento com a entidade: Desde a formação em 1978 e também na sua legalização em 1980
- 2) Papel na criação: Participou desde a criação cadastrando os primeiros 40 cooperados, sendo o 1º presidente. Foi dele também o terreno que a prefeitura comprou para sediar a entidade
- 3) Descrição do processo de criação: O governo queria montar uma cooperativa em São Felipe pelo fato da cidade ter uma alta produção de mandioca, porém ninguém na região queria vender o terreno para sediar a mini indústria de beneficiamento da mandioca, foi quando ele se dispôs a vender o terreno para a construção da cooperativa.
- 4) Ajudas recebidas: O governo formou a entidade disponibilizando assistência técnica, equipamentos, crédito, acompanhando nas plantações, no beneficiamento da farinha e na comercialização. Além da prefeitura de São Felipe que comprou um terreno e doou para construção da sede da cooperativa
- 5) Fatores importantes na coalescência da comunidade: Mobilização por parte dos órgãos envolvidos tendo o apoio das pessoas que se destacavam com líderes comunitários.
- 6) Pessoas que jogaram papel especial na criação da entidade: A professora Tereza, como era chamada, e os técnicos financiados pelo governo.

- 7) Que ações sugeriria para criação de outras entidades congêneres: Sugere que os cooperados e a sociedade sejam mais participativos sem que haja interesse próprio e sim de todos os associados.

O exemplo da COMASFE foi o único onde houve a participação do governo na mobilização e fortalecimento da associação, através dos técnicos do CEPED. Foi também o único caso onde houve a criação e emergência de capital social, mas que não se sustentou, pois a ação coletiva gerou independência e autonomia econômica e política das famílias, revertendo-o em prejuízo para as práticas políticas mandonistas, ameaçando seus interesses, ainda existentes nesta comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises preliminares levam a concluir que malgrado o estado de anomia, desmotivação e fatalismo que se encontram as populações rurais, são as mesmas capazes de reagir a estímulos externos e se agregarem com objetivos comuns na linha de construir entidades que otimizem a cooperação e a ação coletiva. Os dados sugerem também que esta reação não se deu em nenhum caso por meio de uma ação endógena, que partisse da própria comunidade. Em todos os casos houve uma intervenção externa. O fato do governo não ter sido desencadeador de qualquer ação de criação de capital social não significa que esta ação vinda de órgãos estatais não gerasse resultados favoráveis. Por último entende-se que a emergência de capital social resultando na criação de associações poderia ocorrer com mais freqüência se houvesse parceria do Estado com a sociedade civil organizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, Editora, 2003.

**APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. 2004, Valente. Disponível em: <<http://www.apaeb.com.br>>.

APAEB. **Relatório Anual 2002**. Valente, Bahia. Abril 2003.

\_\_\_\_\_. **Folha do Sisal**. Nº 82. Valente. Bahia. Maio 2002.

\_\_\_\_\_. **Folha da APAEB**. Nº 204. Valente, Bahia. Fevereiro 2004.

\_\_\_\_\_. **Folha da APAEB**. Nº 205. Valente, Bahia. Fevereiro 2004.

BAIARDI, A. **Padrões culturais e resistência à mudanças: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil**, in: Organizações & Sociedade, V.1, n 3. dez./94.

\_\_\_\_\_. **Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas: comentários sobre a obra de Robert Putnam**, Caderno CRH, n. 26/27, jan/dez 1997.

BAIARDI, A. & LANIADO, R.N. - **A construção de categorias de análise no estudo da temática empresarial**, NPGA/UFBA, (mimeo.), 1999.

DAHRENDORF, R. **Após 1989, moral, revolução e sociedade civil**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FRANCO, A. de **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GUILHERME dos SANTOS, W **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

\_\_\_\_\_. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1976

HOUAISS, A. et al. **A questão da cultura brasileira**. In: Carta, V.3, n 12, agos/94.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000 – Resultados do universo**. 2005. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>

- KOWARICL, L. **Trabalho e vadiagem no Brasil: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IOSCHPE, E. B. (org.) **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.
- LANIADO, R.N. **Mentalidades empresariais: tema e análise**, Anais da XXIª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, *ABA*. Vitória:, abril de 1998.
- LANIADO, R. N. e BAIARDI, A. **Padrões culturais e desempenho empresarial numa economia em mudança: o caso da Região Metropolitana de Salvador**. *Organizações e Sociedade*, V. 5, nº 11, jan/abr. 1998.
- LEACH, E. **Culturas/cultura**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo, Pioneira, 1983.
- MATOSO, K. **Bahia, século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MERLLIÉ, D. **A construção da entrevista**. In: CHAMPEGNE, P. et al. *Iniciação à teoria sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. *Organização & Sociedade*, v. 11. Ed. especial , 2004.
- MOORE, B. **Aspectos morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/BA**. São Paulo: Annablume FAPESB, 2003.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PEDRÃO, F.C. **O Recôncavo Baiano na origem da indústria de transformação no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, T. et al. (orgs) *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_ **Novos rumos, novos personagens**. In: BRANDÃO, M. A. (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.
- PRADO JR. C. **A Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

REIS, E. **Governabilidade e solidariedade.** In: VALLADARES & COELHO (orgs.) Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

Superintendência de Estudos Econômicos e Social da Bahia. SEI. **Síntese dos Municípios 2000.** Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br> . Acesso em 21 de janeiro de 2005.

VILANOVA, L. **Notas para um ensaio sobre a cultura.** In: Estudos Universitários, V.6, n 3, jul/set 1966.

WAGNER, W. **Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais.** In: GUARESCHI & JOVCHELOVITCH (orgs.) Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEISZ, N. & VASSOLO, R.S. **O capital social das equipes empreendedoras nascentes.** *RAE*, Vol 44, n. 2, abr/jun 2004.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade que se pretende democrática a construção do desenvolvimento não é tarefa fácil, necessitando de uma participação ativa dos seus atores sociais com o intuito de promoverem mudança institucional às especificidades regionais, colaborando para a efetivação de uma estrutura social correspondente com seus próprios interesses e suas necessidades básicas . Essa postura assumida pelos atores sociais consolidará a identidade cultural , os valores sustentáveis e legitimará suas condutas.

O capital social não pode ser reduzido a uma visão utilitarista da ação coletiva, se prestando apenas a aumentar a eficiência sistêmica ou melhorar o desempenho institucional, sem propor uma orientação para propósitos incluídos no meio rural, para o alcance de uma maior equidade.

Para melhor caracterizar capital social neste estudo é preciso entendê-lo como o poder adquirido por uma determinada comunidade através do fortalecimento dos laços de cooperação, aprendendo a resolver seus conflitos, contribuindo para fomentar o autodesenvolvimento. Entendido dessa forma, o papel do capital social expande-se para além dos vínculos originários passando a se constituir em ações coletivas essenciais, expressando força na disputa de posições sociais, tanto nos sindicatos, como na igrejas , nos partidos e em qualquer outra forma de representação da sociedade civil.

Este trabalho tentou contribuir para o desenvolvimento de capital social como uma ferramenta capaz de aumentar a capacidade de articulação dos atores rurais, combatendo a exclusão e buscando compreender como certas organizações sociais conquistaram seus espaços de poder, conferindo-lhes densidades às ações coletivas em cada território, animando o desenvolvimento local. Vale ressaltar, que mais do que gerar

indicadores de eficiência é necessário gerar transformação nos indicadores de equidade para dar legitimidade ao conceito de capital social em regiões com assimetrias sócio-estruturais.

Desse modo, nossa intenção neste trabalho foi medir ações que fertilizaram a manifestação do capital social como fruto de um processo de empoderamento dos atores rurais na medida em que exercem seu dever, não deixando espaço para dúvidas que esses novos atores rurais podem conduzir efetivamente uma mudança institucional com o fortalecimento de suas ações coletivas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, Editora, 2003.

BAIARDI, A. **Padrões culturais e resistência à mudanças: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil**, in: *Organizações & Sociedade*, V.1, n 3. dez./94.

\_\_\_\_\_. **Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas: comentários sobre a obra de Robert Putnam**, Caderno CRH, n. 26/27, jan/dez 1997.

BAIARDI, A. & LANIADO, R.N. - **A construção de categorias de análise no estudo da temática empresarial**, NPGA/UFBA, (mimeo.), 1999.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. S.Paulo, Paz e Terra, 1986

D'ARAÚJO, M.C. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FRANCO, A. de **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

FUKUYANA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HIRANO, S. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1976

HOUAISS, A. et al. **A questão da cultura brasileira**. In: *Carta*, V.3, n 12, agos/94.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IOSCHPE, E. B. (org.) **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

LEACH, E. **Culturas/cultura**. In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo, Pioneira, 1983.

LENOIR, R. **Objeto sociológico e problema social**. In: CHAMPAGNE et al. (orgs.) *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. *Organização & Sociedade*, v. 11. Ed. especial, 2004.

PUTMAN, R. **La tradizione civica nelle regione italiane** (do inglês: *Making democracy work*), Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1994.

PRADO JR. C. **A Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

VILANOVA, L. **Notas para um ensaio sobre a cultura.** In: Estudos Universitários, V.6, n 3, jul/set 1966.

WEISZ, N. & VASSOLO, R.S. **O capital social das equipes empreendedoras nascentes.** *RAE*, Vol 44, n. 2, abr/jun 2004.

## **ANEXO**

## ANEXO A:

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Desde quando o sr(a) se relaciona com a associação/cooperativa/rede/
- 2) Teve algum papel na sua criação?
- 3) Se teve, como descreveria este processo?
- 4) Houve ajuda do Estado (governo) ou de alguma organização da sociedade civil na criação da entidade?
- 5) A que fator/causa atribui maior importância no processo de coalescência dos membros da comunidade para criação da entidade?
- 6) Alguma pessoa ou grupo jogou um papel especial na criação da entidade?
- 7) Que ações sugeriria para criação de entidades congêneres?